UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH – CAMPUS IV
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

GILSIVON PIMENTEL DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA NOVA – BAHIA

JACOBINA – BAHIA
2010

GILSIVON PIMENTEL DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA NOVA – BAHIA

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Humanas – DCH – Campus IV da Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física.

Orientador: prof. Esp. Angelo Maurício de Amorim

JACOBINA – BAHIA

2010

GILSIVON PIMENTEL DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA NOVA – BAHIA

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Humanas – DCH – Campus IV da Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física.

Orientador: prof. Esp. Angelo Maurício de Amorim

Aprovado em ..... de .....2010.

BANCA EXAMINADORA

_____

PROF. ESP. ANGELO MAURICIO DE AMORIM – UNEB CAMPUS IV

_____

PROF. MS. FÁBIO SANTANA NUNES – UNEB CAMPUS IV

_____

PROF. ESP. DÉBORA OLIVEIRA – UNEB CAMPUS IV

Jacobina – Bahia

2010

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho
aos maiores incentivadores
meus pais:
Analice Pimentel de Sousa e
José Pinto de Sousa
que sempre me apoiaram
em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos aqueles
colegas de trabalho
familiares e amigos,
que me estimularam ao
longo do curso.

A todos os colegas da turma e em especial
aos mais próximos: Marijunio, Sérgio, Renato, José Kleber,
Zenivaldo, Kátia, Alan, Andréia, Nilmara, Juliana, Aurélio,
Sibenom e Lucian pelo apoio e alegria
no transcorrer do curso.

Agradeço aos professores da
UNEB, Campus IV de Jacobina,
pelos conhecimentos adquiridos/construídos
e em especial ao Prof. Angelo Maurício de Amorim
pela paciência e insistência com que
me conduziu na realização desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho discute as Políticas Públicas de Esporte e Lazer no município de Várzea Nova em permanente diálogo com os estudos dos teóricos mais conceituados sobre o assunto e tem como ponto norteador a necessária discussão, entre comunidade e Poder Público, a respeito dos direitos sociais e das Políticas Públicas voltadas para o esporte e lazer. Tomamos como sujeitos da pesquisa pessoas representativas de todos os grupos sociais que compõem a sociedade local e também nos voltamos para um grupo de desportistas que vivenciam as Políticas Públicas de apoio ao esporte e fomento ao lazer, ou sofrem sua falta, O recorte temporal deste trabalho compreende o ano de 2002 e vai até o ano de 2009. Para nortear a investigação é tomada como referência a seguinte pergunta: Qual a compreensão de políticas públicas de esporte e lazer da comunidade de Várzea Nova – Bahia? E toma-se como caminho metodológico uma pesquisa de campo e uma análise documental de questionários aplicados com moradores do município e catálogo de leis promulgadas ao longo dos últimos anos no município. Por fim, procuramos discutir as políticas públicas de esporte e lazer sob os dois ângulos em que ela se liga o da participação social e popular e o da legislação e exercício do poder representativo.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Esporte. Lazer.

ABSTRACT

This Work discusses the Public Policy of Sports and Leisure in Várzea Nova with a permanent dialogue with the most highly regarded theoretical studies about this issue and it has as its guiding point the considered necessary discussion relating to Community and Public Authority, concerning the Civil Rights and Public Policy that are intended for Sports and Leisure. It was chosen as object to this research the commissioners of every social group that composes the local society and we also resorted to a group of sportsmen involved in the Public Policy that gives support to the sports and promotes leisure, or that suffered from its absence ten years ago, the point in time that we chose, which include the years from 2002 until the present moment. The discussions made here examine the official political realm, from where it is expected a wide open space to the circulation and implementation of policy measures of support to the sports and leisure, and that guarantee its development and maintainability, and the popular experience, seen as the answer, resignification and appropriation of the absence of official policy, either through their social practices of dealing and recreating the sports and enjoying leisure, or through their problematical, friendly and paternalistic relation with the political issues of the region, with which they bargain what is right.

Key words: Public Policy; Sports; Leisure.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 08
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER 13
2.1 LAZER 15
2.2 ESPORTE 18
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS 22
3 METODOLOGIA 31
3.1 PROBLEMA 31
3.2 OBJETIVOS 32
3.3 DELIMITAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO 32
3.4 ETAPAS DA PESQUISA 33
4 POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER EM VÁRZEA NOVA – ANÁLISES E DISCUSSÕES 38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 57
REFERÊNCIAS 60
APÊNDICES 63
ANEXOS 70

1 INTRODUÇÃO

O crescimento e consolidação da democracia nas sociedades modernas parecem ser mais do que uma tendência, mas sim a materialização de processos sociais mais sólidos e a conquista de fundamentos políticos constitucionais, para longe de todo fervor e arroubo passageiro pelo poder. Consolida-se o entendimento de que a democracia, mesmo com todos os seus males, ainda assim é a melhor forma de governo por se tratar da multiplicidade e da escolha, e fazer disso oportunidade para julgamento e escolha por aquilo que será melhor, conforme pensa é claro, a maioria. As Políticas Públicas são frutos do endurecimento dos regimes democráticos e de seu crescente amadurecimento, uma vez que a sua mera existência não se coaduna com o exercício da tirania ou do vício do poder. As Políticas Públicas, bem como os conselhos de gestão, são dois grandes resultados possibilitados pela Constituição de 1988, que abriu as portas para a redemocratização do país depois do brutal Regime Militar (1964-1985).

Tratar de Políticas Públicas é tratar de mecanismos políticos que podem ter sua vida e sua morte conforme se interesse ou não a sociedade civil. As Políticas Públicas, como o próprio nome já diz, constituem-se como políticas, ou seja, como formas de ver o mundo mediada em leis e ordenamento jurídico da realidade social e que são geridas conforme o interesse do que se chama povo, entendendo povo como a totalidade daqueles que vivenciam uma mesma experiência social de trabalho, podendo ser todos os indivíduos de uma dada sociedade.

Ao pensarmos nas Políticas Públicas estamos pensando também nos direitos sociais, direitos que não foram concedidos ao povo, aos trabalhadores, mas conquistados com sangue, luta e morte de muitos. O esporte e o lazer, antes considerados como luxo ou artigos da vida social sem a devida importância para se fazer presente na vida em sociedade através da política de Estado passou, graças à luta dos movimentos sociais, a fazerem parte de programas sociais e políticos, de propostas de governo que não mais poderiam esconder que a sociedade reivindicava para si o direito final à liberdade e também – porque não – à felicidade.

O esporte e o lazer são atividades que seus valores repousam na significação humana, na simbologia e no compartilhamento do vivido Nossa contemporaneidade, herdando um passado de lutas, tem hoje o entendimento do esporte como um

fenômeno social e político universal, não particular a determinado país ou nação, mas vivenciado e sentido por bilhões de pessoas em volta do mundo. Dificilmente, hoje, algum esporte não tenha seus praticantes espalhados por diversos países, embora da multiplicidade de esportes apenas alguns sejam privilegiados pela mídia e tratados como se fosse o supra-sumo. Caberia ainda fazermos uma distinção entre a prática esportiva de esportes profissionais e a vivência social de alguns deles. Nem todos os esportes, porém, tem uma ressonância social igual, com alguns exigindo, para sua prática, a indústria do mercado e o mundo dos negócios por trás. Contra qualquer tempestade ou contravenção, porém, considera-se hoje o esporte como a expressão viva da ludicidade e da criatividade de um povo, fazendo parte da vida, seja lá em que forma ou intensidade for da vida cotidiana de muita gente, que o pratica seja "por esporte", como se costuma dizer, seja para ganhar campeonatos ou por motivos de saúde. Também não podemos deixa de nos ater aos esportes de alto-rendimento que geralmente atende a interesses do capital e exclui grande parte da sociedade. Apesar de ser um instrumento com grande capacidade de integração social e de promoção de cidadania e do bem estar humano, não se pode negar que a realização do esporte, como fruto das sociedades, reproduza em suas regras e em seu acontecer às estruturas sociais sob as quais está assentada determinada sociedade. Independente disso, porém, o esporte constitui-se, de modo inegável na modernidade, como um elemento agregador de identidade cultural, capaz de reunir identificações e de mover sentimentos comuns por sua causa. Assim configurado ele carrega ainda a capacidade de ser agente social que age transformando a sociedade através daqueles que o praticam e também daqueles que o vivenciam de forma passiva, o que explica que ele seja considerado como uma categoria social não tão importante no Brasil, devido ao seu poder e caráter de transformação e de promoção de valores educativos que contribuem para a dignificação da vida e para dar a todos uma melhor compreensão do mundo em torno.

Não podemos ser ingênuos ao considerar os aspectos intrínsecos á prática sem perceber que sua utilização com interesses do Estado, a partir do fomento de ações que o utilizam como forma de controle social. Nesta perspectiva, o esporte a serviço de interesses político-ideológicos se organiza e se estrutura em todas as suas dimensões a partir da lógica de quem o utiliza a favor de seus interesses.

O mundo moderno, com suas rápidas transformações tecnológicas, tem exigido Políticas Públicas de Esporte e Lazer que se adaptem a estes novos tempos, capazes de satisfazer as exigências da sociedade. As Políticas Públicas, em contrapartida, têm sido assumidas pela sociedade como instrumentos capazes de fazer com que suas necessidades sejam satisfeitas e pensadas não apenas a partir do Estado, mas também dela mesma, da vida comunal, da participação social, da militância e engajamento político e da luta para garantir direitos que não viriam pela boa vontade daqueles que na estrutura do Estado burocrático as representa. Este quadro explica o quão é importante, para a sociedade em geral, as Políticas Públicas voltadas para o esporte e para o lazer.

A limitação e em alguns municípios a falta de Políticas Públicas que contemplem o esporte e o lazer fazem com que a sociedade se empobreça, pois ela não poderá sentir como necessidade aquilo que nunca teve e poder contemplar estas práticas para desenvolver-se, entreter-se, descansar. Esse caráter nos fez perceber que as Políticas Públicas devem ser um instrumento de atuação popular em aliança com o Poder Público como ferramenta para melhorar a vida social. Organizando-se, a sociedade pode reconhecer seus anseios e aspirações e tornar suas reivindicações em projetos de lei ou leis que, pela participação e mobilização venham a ser efetivadas.

Uma coisa deve ficar clara, porém, que é a natureza dependente das Políticas Públicas da constante e incansável vigilância da sociedade civil para que elas não se desvirtuem ou percam seu caráter e potencial de política pública diferenciadora.

O lazer e o esporte participação esbarram nos processos históricos, onde as autoridades governamentais brasileiras sempre se mostraram relutantes para atender aos direitos sociais básicos, a exigência do lazer enquanto direito social reconhecido pela Constituição Federal sofre ainda de grande desentendimento e falta de compreensão, sem mencionar a resistência política em caráter oficial devido a se considerar, de forma conveniente, que o lazer para o povo significa a preguiça e luxo para o mesmo, deturpando o que é o lazer e entendendo que trabalhador deve ser um ser existencial voltado apenas para o trabalho.

É preciso buscar uma vivência do lazer que escape do mesmo enquanto uma extensão da vida produtiva e do mundo do consumo, mas fazer com que ele possa ser uma oportunidade do trabalhador ocupar o seu tempo de não-produção e não-

trabalho de forma produtiva, ou seja, de forma a que possa se desenvolver profissionalmente e pessoalmente.

A pesquisa tem como foco o município de Várzea Nova, Bahia, e os anos compreendidos entre 2002 e fins de 2009, compreendendo praticamente uma década, e tem como principal norte as causas para a letargia política do município em questão, quanto ao esporte e ao lazer, quando a população vivenciou e continua vivenciando uma relação ativa e produtiva com o esporte e a compreensão da comunidade sobre lazer e Políticas Públicas.

Para nortear a investigação é tomada como referência a seguinte pergunta: Qual a compreensão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer da comunidade de Várzea Nova – Bahia? E toma-se como caminho metodológico um levantamento documental nos catálogo de leis promulgadas ao longo dos últimos anos no município e uma pesquisa de campo, a partir de questionários aplicados com moradores do município.

A pesquisa tem como objetivos compreender a visão sobre Políticas Públicas de esporte e lazer dos moradores de Várzea Nova – Bahia; descrever a realidade de Políticas Públicas do município de Várzea Nova durante o período de 2002 a 2009 e; refletir sobre as ações da população e dos representantes legais para efetivação de Políticas Públicas de esporte e lazer no município de Várzea Nova.

Resumimos nossa pesquisa em quatro capítulos que procuram dar conta das nossas preocupações e de nosso percurso em busca da compreensão de como foi a vivência social do esporte e do lazer, que diferença ele fez e que impacto pode trazer na vida da comunidade local.

No capítulo dois, apresentamos os conceitos de esporte, lazer e políticas públicas. Em seguida apresentamos o percurso metodológico e, por fim, as análises e discussões a partir dos dados coletados.

A razão de ter desenvolvido esta pesquisa em Várzea Nova é devido ao fato da minha história pessoal, em boa parte, ter se dado nesta cidade e de ter desenvolvido aí relações na esfera da educação e do esporte que me fizeram conhecer a vida da cidade sob aspectos que não aparecem para todos, pois os públicos que encontramos na educação e na prática de esportes no município são bem diferentes, falam de realidades diferentes e tem experiências políticas bem distintas. Acredito que este estudo possibilitará o encaminhamento de novos estudos

sobre outros aspectos das Políticas Públicas voltadas para o esporte e lazer em Várzea Nova e fomentará o debate em torno da atuação do Poder Público Municipal e ajudará à sociedade a melhor se organizar em suas cobranças diante das esferas públicas municipais.

Por fim, procuramos discutir as Políticas Públicas de Esporte e Lazer sob os dois ângulos em que ela se liga o da participação social e popular e o da legislação e exercício do poder representativo. Esperamos que esta tarefa tenha sido realizada de forma satisfatória e capaz para explicar a diferença e poder de transformação que possuem as Políticas Públicas e como o esporte e lazer, objeto das mesmas pelas mãos da sociedade civil organizada, pode ser um caminho trilhado para desenvolvimento social, cultural e educativo do município de Várzea Nova.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

As Políticas Públicas devem ser uma oportunidade para ao mesmo tempo garantir o esporte e lazer como direitos sociais e também repensá-los. Necessário isso para que se possa escapar de reducionismos e de uma experiência com o esporte que não é mais autêntica nem mais rica do que a já experienciada por muitos, com o esporte contribuindo, sem dúvida, para a promoção social, mas associado sempre à função de competição e dotado de seriedade em sua prática, desprovido da espontaneidade, como a que se sente e está presente quando fazemos alguma atividade de lazer.

Essa mesma política racionalizadora e séria, como diz Huizinga (1980), se infiltra no lazer e o toma como indústria e tempo usado para o consumo do trabalhador no momento em que ele não está trabalhando, deixando transparecer o ideário capitalista de sempre perseguir o lucro, não dispensando sequer momentos que deveriam ser para outro tipo de atividade produtiva, cujos ganhos fossem o aperfeiçoamento humano e não a continuidade da empresa capitalista.

O esporte e o lazer são tão importantes que são vistos como chaves, entre outras, de penetração nas estruturas da sociedade. Stigger (2002, p. 211), diz que

> Não se pode escapar à importância cultural do lazer. Ao contrário, pela confirmação que fazem do "lado sério" da vida, as atividades e práticas de lazer, resgatadas ao ônus estigmatizante que as manteve ausentes das agendas de investigação sociológica, constituem-se hoje num elemento crucial do conhecimento da sociedade.

É preciso atentar para a natureza cruel do capitalismo e ter em mente sua vocação de transformar tudo em mercadoria. Todavia, pela educação, esporte e lazer, outras práticas sociais podem ser pensadas e provocadas. Lembramos que o fazer educação é constantemente uma relação dialética; saber disso é necessário para não cairmos no fácil e cômodo raciocínio naturalista que se entrega sem resistência aos mandos e desmandos do capital e admite, porque lhe é vantajoso fazer isso, que não se tem saída para outra alternativa de sociedade viável, onde o ser humano possa ser algo mais do que mero objeto de exploração do seu próximo.

A vivência e a experiência que as sociedades possuem do esporte e do lazer são experiências que fazem parte de sua visão de mundo. O lazer e o esporte não são experiências que se dão ao acaso, mas realizam-se num quadro de sentido

dado e construído por cada sociedade. Embora possamos generalizar a concepção de esporte e de lazer, devido à grande circulação de idéias e conhecimentos pela mídia, essas idéias não são as que estão presentes em cada localidade. Cada sujeito, cada sociedade, encontra para si uma justificativa do porque que pratica esporte e do porque que o lazer é preciso e se faz necessário.

Só assim será possível compreender a dinâmica do esporte e lazer no município de Várzea Nova; a ponte entre a comunidade e a sua representação política administrativa não se dão de forma evidente ou é construída de forma a que a última seja um desdobramento da primeira? A representação política tem seus vícios e seus limites, e isso foi muito bem percebido pela população, ao apontar a historicidade de descaso e desprezo com o esporte e com o lazer.

Tal deficiência faz a comunidade reelaborar as saídas para muitos dos problemas e desenvolver práticas sociais que passam a conviver com o poder político representado, mas de forma que o ignora. A representação política, não podendo fazer nada mais do aquilo que interessa aos grupos políticos pelos quais foi eleito ou eleita, assume tacitamente seus limites e expõe a natureza de sua luta, que é lutar pelos interesses do povo desde que isso não signifique ir contra algum poder constituído.

Tal realidade explica a desilusão do povo com a militância e com a cobrança aos seus próprios representantes, mas não significa que a militância ou o desejo de mudança não esteja presente. Não se espera que alguém pela política de um lugar quando todos os que poderiam fazê-lo estão convencidos de que a mesma não vale à pena.

Para longe desse quadro, a população local materializa uma política de sobrevivência que é a política da solidariedade, tão comum em cidades interioranas. Essa solidariedade se faz presente na cumplicidade da realização de eventos esportivos e no improviso com que tentam diversificar os seus dias.

Estas atividades realizadas sem a enfática ou solicitada presença do Poder Público, quando ele deveria ser o promotor, fazem brotar nos indivíduos justificações próprias. Stigger (2002, p. 221), estudando as práticas esportivas entre vários grupos sociais, diz que os sujeitos procuram justificar

> (...) as suas práticas esportivas a partir de objetivos utilitários e de normas sociais – talvez reproduzindo discursos que são dominantes no contexto geral

> da sociedade atual –, estes indivíduos, na realidade, realizam-nas também associadas aos seus gostos. Encontram assim, no lazer, um espaço especial de liberdade, no qual têm a oportunidade de expressar as suas escolhas, e também de chegar aos excessos.

Stigger deixa claro que as sociedades elaboram para si mesmas significações próprias e muito específicas do mundo, e para isso leva em conta a realidade material de suas vidas. Constrói-se no plano ideal aquilo que no plano real é ausente.

2.1 LAZER

O lazer é geralmente pensado em contraposição ao tempo do trabalho, isto é, o lazer é o tempo durante o qual o trabalhador não trabalhador não trabalha, é seu tempo de não-trabalho, contado como tempo livre. Existem muitas e polêmicas discussões acerca do que venha a ser lazer, emaranhado conceitual que não cabe aqui ser analisado. Basta que nos situemos frente aos postulados existentes para termos uma melhor compreensão da implicância entre lazer e trabalho e como ler o mesmo frente às políticas de esporte e lazer.

Segundo os professores Pinto e Kowaslki (2001)

> O lazer engloba atividades que acontecem no período de tempo livre, o qual dedicamos a nós mesmos, depois de atendidas as necessidades da vida e as obrigações de trabalho. Também engloba a noção de estado de permissão e de liberdade, a idéia de repouso ou ocupação voluntária; ou seja, nos momentos de lazer podemos nos divertir, descansar, estudar, ou até mesmo, trabalhar. O significado de lazer inclui, portanto, as seguintes idéias: aproveitamento do tempo livre, estado de permissão, de disponibilidade, de liberdade; atividades produtoras de satisfação.

O lazer é visto na perspectiva do que fazer com o tempo livre quando o trabalhador não trabalha. Essa discussão é muito frutífera porque recai sobre questões subjetivas e que escapam a discussão teórica da área do lazer. O que fazer com o tempo livre requer que nos perguntemos o que fazemos com o tempo não livre? Trabalhamos; e o que é trabalhar? Não é outra coisa senão providenciar o necessário e vital para a sobrevivência do corpo. Perguntar-nos sobre o tempo livre

recai sobre o sentido do tempo ocupado. Em outras palavras, tempo livre e tempo não livre não se reportam diretamente à atividade produtiva do ser humano, mas perguntam pelo que faz o ser humano enquanto vive. Perguntar pelo nosso tempo livre exige que pensemos sobre a ética e sobre a razão de ser do trabalho, ou seja, pede que perguntemos por que trabalhamos e qual a razão para isso. Tal discussão, embora oportuna, não iremos fazer aqui porque foge ao escopo de nossas pretensões.

Tal discussão reverbera no sentido do trabalho, na ética do trabalho e não poderia escapar à dinâmica social moderna capitalista. É essa dinâmica que vai ideologizar o tempo de vida do ser humano dando-lhe o sentido e a função do trabalho. Vivemos para o trabalho, e no trabalho e do trabalho devemos esperar a dignificação da vida e a libertação, pois, como diz o ditado, "o trabalho liberta".

Essa ideologia se torna hegemônica no momento em que, na França, a burguesia se torna vitoriosa e passa a valorizar o trabalho, pois estava interessada no enriquecimento. Trabalho significa como significa ainda hoje em seu sentido mais real, exploração do homem pelo homem, como bem estudou o filósofo inglês Thomas Hobbes[1].

O capitalismo moderno, bandeira-mor da burguesia e das classes dominantes nos países ocidentais, que dominaram o globo com sua política imperialista ao derredor do mesmo, propõe, na voz de seus teóricos, que a vida humana seja organizada para o trabalho e aposta na capacidade individual como caminho para a libertação própria da miséria e das amarras da sobrevivência e conquista da felicidade. O lazer visto na sociedade de consumo, a visão do mesmo que mais veicula, é questionável justamente por essa via de supostamente poder ser uma livre exige que pensemos sobre a ética e sobre a razão de ser do trabalho, ou seja, pede alternativa de afirmação dos valores humanos fora do trabalho. Se ele trabalha e não tem no trabalho o seu sentido o lazer lhe daria, propiciando atividades nas quais o aspecto lúdico da sua existência seria privilegiado. Marcellino (2003, p. 22), ressalta que não se pode colocar o lazer como

---

[1] Importante filósofo inglês, Thomas Hobbes (1588-1979) estudou a constituição da sociedade burguesa em seus princípios e a constituição e legitimação do Estado moderno. Entre suas obras mais famosas destaca-se a obra Leviatã, publicada em 1651, onde estão presentes suas teorias políticas.

> Finalidade de existência, como ideal de felicidade, nem como uma função funcionalista deste. O sentido de vida não pode ser buscado apenas nas possibilidades abertas por um fim de semana ou pelo final de expediente, embora essas ocasiões devam ser consideradas como alternativas de felicidade, uma forma de resistência para o pesado cotidiano.

O problema que se coloca é que na sociedade contemporânea, capitalista, o lazer não se transforma em uma instância através da qual os seres humanos que trabalham podem recarregar suas forças ou descansar da labuta diária. O lazer é visto como uma indústria e, em vez de ser contraposição ao tempo produtivo, transformou-se em outra esfera de consumo. Desta forma o lazer acaba sendo a conjunção de espaços e de tempo para o ser humano trabalhador recarregar suas energias e descansar do trabalho para está sempre e cada vez mais apto para o trabalho; o lazer transforma-se numa atividade lucrativa de cuidar dos operários e trabalhadores para que eles não se esgotem e deixem de alimentar a máquina produtiva do capital. Continuando com Marcellino (2003, p. 105-106),

> O lazer é resultado de um processo histórico de desenvolvimento de novas formas de produção, sendo, nos dias de hoje, parte constituinte da sociedade contemporânea. No sentido moderno, ele surge como parte do tempo livre institucionalizado, do qual talvez o maior exemplo seja o *fim de semana*, aqueles dias que, inventados pelos homens ao longo de uma história bastante complexa, se tornaram, indiscutivelmente, o período privilegiado para a sua concretização. (...) o lazer não pode ser confundido com o tempo livre, pois ele é parte deste, ou seja, é um conjunto de atividades que o indivíduo realiza fora do contexto do trabalho e de outras obrigações, voltadas para a sua satisfação pessoal.

O lazer, na visão de Marcellino (2003), deve ser analisado com categoria distinta da diversão e resumido como sendo o tempo livre disponível pelos seres humanos. Pensar assim é incorrer em equívoco, pois o lazer não é o tempo livre, mas parte do tempo livre; isto significa dizer que durante o tempo livre as pessoas não estão, obrigatoriamente e necessariamente, em atividades de lazer.

Na visão de Dumazedier (1974, apud Kowalski e Pinto, 2006),

> O lazer será o tempo de uma autoformação permanente e voluntária muito mais séria que a formação imposta pela escola em crise, e pela reforma da educação escolar. Para alguns, o lazer, que se situaria fora do campo da "necessidade", seria o fundamento autônomo de uma teoria da liberdade. Para outros, ao contrário, seria por demais dependente para ser o

> fundamento de uma teoria qualquer. Celebrado como a arma privilegiada de uma civilização que valorizaria a expressão da personalidade, é criticado por outros como o epifenômeno artificial de uma sociedade doente, seria incapaz de dar origem a uma civilização qualquer...

2.2 ESPORTE

O esporte e o lazer são categorias de estudo e análise de parte da vida social moderna, mas nem por isso podem ser analisadas de forma isolada, pois tanto a compreensão da sociedade quanto a compreensão plena do esporte e do lazer exigem-se de forma igual. O esporte e o lazer não são práticas ou rituais que ocupam o tempo das pessoas e que podem ser montados ou desmontados ao bel prazer de quem quer que seja. Esporte e lazer são fenômenos sociais, presentes na vida da sociedade sem que ninguém tenha instaurado isso, mas sua ocorrência é parte da constituição da cultura humana.

As sociedades humanas, em formas variadas, constroem e elaboram para si suas visões de felicidade, suas representações e correspondências do que seria e representaria para nós o lúdico e certamente praticam atividades físicas nas quais o corpo ou outro qualquer instrumento seja utilizado com um fim que não o produtivo ou mesmo competitivo.

O lazer não é só o tempo livre, mas uma elaboração com significado, propósito e vontade de realizar atividades específicas desvinculadas da produção e do trabalho. E neste cenário, o esporte moderno, fruto dos valores conseqüentes da Revolução Industrial tem sua lógica pautada na hipercompetitividade, rendimento e recorde.

É possível vermos muitas concepções de esporte e lazer ao longo da história e verificar a diversidade de entendimentos e compreensão a respeito do assunto nos mais diversos lugares. Apesar dessa variedade, domina, de forma inconteste e hegemônica, a imagem do esporte como competição e caminho para a vitória do atleta e o lazer como ocupação e diversão gozadas no tempo livre.

O esporte não precisa deixar a competição e o jogo, mas pode muito bem agregar de forma mais intensa o lúdico, distanciando-se para além da ritualização do esporte moderno. Nesse sentido, os professores da Universidade de Campinas

Alfredo Cesar Antunes e Sílvia Cristina Franco Amaral (2002) identificam o nascimento do esporte moderno com o nascimento da sociedade burguesa, de onde sairia à razão para a competitividade tão intensa do esporte moderno. Segundo eles

> (...) o esporte moderno iniciado na Inglaterra no século XVIII está em consonância com o modo de produção capitalista e com a introdução da medição e cronometragem que se relaciona com o interesse crescente na velocidade, obsessão pela mensuração e busca de recordes. O esporte moderno surge com a sociedade industrial e é inseparável de sua estrutura e funcionamento, ou seja, é produto da sociedade burguesa industrial.

De fato, o esporte moderno tem como características principais a competição, a exigência de rendimento físico e técnico e é guiado pela racionalização. Huizinga (1980, apud Stigger, 2002, p. 194-195) defende que o esporte moderno está desprovido de ludicidade em favor da seriedade, sendo crítico dessa seriedade e "defensor do espírito lúdico e da gratuidade dos jogos".

O esporte possui um conceito restrito ligado ao treinamento, competição, atleta e rendimento esportivo reforçado pelos meios de comunicação. E possui também um conceito amplo que o define como fenômeno sociocultural historicamente localizado com características particulares (Stigger, 2005).

Tubino (1992, p.35 e 37) aponta que o esporte na Educação Física deveria ser abordado de acordo com suas diferentes dimensões sociais e não apenas na esfera do rendimento, comumente adotado. Considera o esporte educacional e o esporte participação (lazer).

> (...) O esporte-educação, desvinculado do princípio do rendimento e voltado para um compromisso educativo, seria aquele realizado no contexto escolar.
> (...) O esporte-participação, referenciado com o princípio do prazer lúdico e relacionado intimamente com o lazer e o tempo livre, teria como finalidade o bem-estar dos seus praticantes.
> (...) O esporte-performance ou de rendimento, praticado pelos talentos esportivos, traz consigo os propósitos do êxito esportivo, da vitória sobre os adversários e é exercido sob regras preestabelecidas pelos organismos internacionais de cada modalidade.

O professor de educação física deve percebê-lo em suas múltiplas facetas e visões e contribuir para sua plena utilização, em especial, no campo do lazer que deve trazer outros valores que não os vinculados ao esporte de alto rendimento, assim, se na esfera do alto rendimento ocorrem: princípios de sobrepujança, seleção e especialização precoce dos praticantes, instrumentalização e padronização dos movimentos, bem como a busca de comparação e resultados a partir de um ideal

(recorde); no campo do lazer: possibilidade de participação de praticantes menos hábeis, velozes, altos, fortes, quando o definidor da vivência não é o rendimento físico-técnico. Sem deixar de haver competição, não fazendo dela uma batalha entre "inimigos", jogar "com" e não "contra" o outro; pensar na readequação das regras de acordo com os interesses dos praticantes e não pelas regras universais (Melo; Alves, 2005, p. 69-70).

Por muito tempo a Educação Física foi confundida com a busca pela prática pura e simples do esporte. De fato, a história da Educação Física registra muitos momentos onde ela tem se atrelado a projetos diversos do que o que busca hoje, uma educação física voltada para a compreensão da totalidade do homem. Braid [2] (2003) estudando os percursos históricos da Educação Física, diz que

> O século XX se inicia com a vida da sociedade brasileira consideravelmente alterada com a iminência da sedentarização provocada pela tecnologia emergente, principalmente os meios de transporte. Mas a Educação Física pouco mudou, pois o caráter utilitário característico do século passado continuou, na medida em que o seu objetivo na escola seria formar homens fortes para o bem da pátria. Enfatiza-se no decorrer desse século, três períodos: o estado novo, a ditadura militar e a pós-ditadura ou período de abertura política.

Braid continua sua análise e olha para além das fronteiras próprias da Educação Física ou dos acontecimentos que determinaram para mais ou menos a sua penetração e contribuição à sociedade. Olhando para a relação da Educação Física com a história do país ela resume suas idéias da seguinte maneira:

> Ao analisar a Educação Física contextualizada à história do país, percebe-se que de uma maneira bastante singular, ela sempre esteve a serviço da ideologia dominante, caracterizando-se como uma atividade alienante e elitista. Alienante ao excluir crianças e adolescentes (consideradas/os inaptas/os ou sem habilidades específicas) em nome do esporte de alto nível. Elitista pela forma como vem tratando o corpo do aluno, visto como objeto manipulável, o qual deveria ser enquadrado em padrões mínimos aceitáveis de rendimento. Ainda hoje se pode observar alguns profissionais defendendo práticas pedagógicas de excesso físico e, preocupados unicamente em "formar" homens fortes e saudáveis - resquícios do higienismo do período colonial; ou preocupados com o disciplinamento mecânico – resquícios do militarismo do Estado Novo; ou com o adestramento, com a competição, com

[2] Liana Maria Carvalho Braid. Mestre em Educação e Especialista em Didática Aplicada em Educação Física –Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Universidade de Fortaleza - UNIFOR – CCS (Curso de Educação Física).

> preocupações exacerbadas na competência do gesto técnico - resquícios do tecnicismo do período da ditadura militar.

Castellani (1988) aponta de forma mais recuada do que Braid (2003) o surgimento das novas fronteiras e dos novos questionamentos trazidos para o seio da Educação Física, situando-os antes do período em que se dá a reabertura política. Contudo, os dois autores concordam que o final do século XX é terreno de onde nascem novas perspectivas. Se temos a reabertura política as ciências e o saber não poderiam ficar de fora desse entrecruzamento de fronteiras e de saberes tão necessário para o entendimento da sociedade moderna. Com a Educação Física ocorreu da mesma forma. Na contemporaneidade, importa que a Educação Física, como cita Libâneo (1986, apud Ghiraldelli, 1989) dedique-se,

> Ao invés do condicionamento à ordem social, a formação de alunos críticos e participativos; ao invés do adestramento físico, a compreensão e o uso sadio do corpo; ao invés do esporte-espetáculo e ufanista, o esporte-educativo; ao invés da disciplina imposta e da repetição mecânica de ordens do professor, o autodomínio, a formação do caráter, a autovalorização da atividade física; ao invés do corpo-instrumento, o corpo como ser social.

Para Souza e Vago (apud Grespan, 2002, p. 29), cabe à Educação Física voltar-se para a totalidade do entendimento do mundo e atentar para a construção de conceitos e veiculação dos mesmos, propiciando às crianças e jovens um entendimento do que está mais imediato ligado a elas, que é o seu próprio corpo. Diz ele que não se precisa de uma Educação Física

> Domadora de corpos humanos, nem produtora de uma raça forte e energética; nem celeiro de atletas; nem terapia escolar; nem promotora de uma saúde estritamente biológica. Pensamos numa educação física que não está preocupada em produzir „corpos esculturais", mas em participar da construção dos „corpos culturais" das crianças, dos adolescentes, dos trabalhadores, enfim, dos homens e das mulheres, que com eles sentem, desejam, sofrem, agem, produzem, brincam, jogam (...).

Barroso e Darido (2006) concordam que as fases históricas pelas quais o Brasil passou testemunharam intentos educativos questionáveis, não querendo, de fato, uma educação possibilitadora de fazer o indivíduo tomar consciência de si mesmo no mundo. Para eles

> No Brasil passamos por fases governamentais que claramente não tinham o objetivo de formar indivíduos questionadores, críticos, reflexivos, pois poderia acarretar um certo incômodo para a ordem política vigente. Podemos citar a era do governo militar, entre 1964 e 1984, onde tínhamos no currículo escolar, disciplinas como "Moral e Cívica", "Organização Social e Política do Brasil", com o objetivo voltado para sentimentos de nacionalismo e patriotismo, ou seja, a cidadania era caracterizada pela necessidade de "amor à pátria", sem haver nas disciplinas o objetivo do questionamento e da reflexão. Não somos contra a possibilidade de termos afinidade com o nosso país, pelo contrário, mas o que questionamos é a inexistência de um olhar crítico para os problemas da realidade, sem possibilitar o crescimento do indivíduo para uma atuação que defenda os seus direitos na sociedade.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

A realidade das Políticas Públicas voltadas para atender aos interesses sociais é algo recente, e em se tratando de esporte e lazer, o reconhecimento de ambos como direitos sociais é uma das novidades anunciadas pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), depois de anos de brutal ditadura. Não se entenda com isso que antes não havia atividade política estatal organizada voltada para o esporte e lazer; a história política e desportiva do nosso país permite perceber que, se os desportos e as práticas de lazer são realidades brasileiras já no início do século XX, é, contudo, só depois da redemocratização em meados da década de 1980 que tais atividades deixarão de estar diretamente vinculadas com algum projeto político nacional de engrandecimento da nação pelo esporte e celebração de seu gigantismo pelo lazer, diretrizes seguidas pelos regimes militares de 1964 a 1985 (Betti e Castellani Filho, 2002). Como afirma Darido (2003), a política desportiva durante o regime militar sempre esteve em busca de resultados internacionais e de projetar o Brasil como potência mundial, ao mesmo tempo em que servia para mascarar e esconder os graves problemas sociais internos.

Dada essa realidade, é possível perceber que as Políticas Públicas, em sua configuração contemporânea, é algo específico dos nossos tempos; isso não significa que a sociedade civil tenha se organizado e lutado por seus direitos em outros tempos, apenas especifica o instrumento de luta e sinaliza com um aumento, no decorrer da história, da conscientização da sociedade a respeito de sua própria participação na vida pública e a consciência que o mundo político, com sua representação legislativa e executiva, não é suficientemente capaz de prover

satisfatoriamente as necessidades da população. Pensar Políticas Públicas, então, é pensar uma especificidade de nossos tempos.

Esses novos tempos podem ser entendidos como os que sucedem ao Regime Militar no Brasil. Findo esse triste período histórico, a ânsia pela volta do regime democrático traz enormes desdobramentos para a sociedade e para a vida política nacional. Saída de um período de perseguições, a sociedade se organiza e consegue conceber uma Constituição aberta à participação popular no governo e democrática em todos os seus sentidos, embora essa democracia continue sendo admirada e bonita de se ver escrita em belas letras no papel, faltando muito ainda para que se encorpe no cotidiano dos brasileiros.

Da Constituição de 1988 emergiram novas possibilidades políticas; a noção e conceito de Políticas Públicas ganharam abrangência e ascendeu em importância na relação Estado e Sociedade Civil. A sociedade civil fez das Políticas Públicas um mecanismo e instrumento de forçado reconhecimento por parte das organizações do Estado e o forçou a levar as preocupações e necessidades sociais para a mesa de negociações e resolução com a participação dos interessados. Não mais a postura de dar ao povo, aos movimentos sociais, aquilo que as classes políticas julgam ser preciso e necessário sem de antemão lhes consultar. A abertura possibilitada com a participação da sociedade na vida pública fez com que a década de 1990 em diante passasse a conhecer um período de consolidação das instituições e da democracia.

Alguns autores pensam as Políticas Públicas vinculadas com a conscientização da sociedade, pois Políticas Públicas levam o nome de público e a palavra público só adquire sentido na medida em que existe povo. As Políticas Públicas são entendidas como propostas de diálogo para debater aquilo que interessa à sociedade (Ferreira, 1984), e transformadas em políticas de fato por suas próprias mãos. A grande filósofa da primeira metade do século XX, Hanna Arendt (2000, pg. 212), definia o governo "como as várias formas possíveis de organização da esfera pública". No conceito de Arendt, a democracia e a vida em sociedade não tem que necessariamente finalizarem no governo representativo, mas sendo, a existência do governo, apenas uma forma, dentre outras, para a sociedade se organizar. Essa sua definição nos faz imaginar em que ela estaria pensando, se numa sociedade sem governo, com os cidadãos afirmando a possibilidade real, nunca experimentada, do anarquismo, isto é, da ausência de governo porque cada

indivíduo estaria, supostamente, capacitado para governar a si mesmo, dispensando qualquer espécie de tutela.

Se políticas são feitas por sujeitos, e se todo sujeito, para fazer política, precisa fazer parte de uma sociedade qualquer, e se público refere-se a todos, então as Políticas Públicas não são propriedade discursiva ou atributo do Estado, mas um produto elaborado pela sociedade e pertencente a ela.

Cresceu a consciência e se desenvolveu o entendimento de que o Estado é servidor, ou pelo menos assim deveria ser, e não o contrário, com o povo servindo ao Estado. A cobrança, tanto de organizações sociais, de entidades desportivas e de lazer, para assegurar seus direitos e fomentar seus direitos, parte do princípio de que a existência do Estado está vinculada ao atendimento dos interesses da população, e que a noção de soberania não cabe apenas na relação entre uma nação e outra em uma situação de guerra, mas cabe dentro do território também, pois soberano não é o Estado, mas o povo, e se o Estado se arvora em senhor é o próprio povo que corre o risco. É assim que começam as ditaduras e regimes totalitários.

Verifica-se que o novo não é a participação social, mas a forma como ela é feita, num período de consolidação da nossa jovem democracia, recriando o conceito de Políticas Públicas como algo atrelado ao Estado e entendendo como sua obrigação institucional e administrativa para colocá-lo nas próprias mãos dos interessados. Certamente, esta consciência é filha da dor e do sofrimento, que aprenderam que o Estado não faz nada por dever, mas por interesse daqueles que lhe dirigem daí a sociedade civil desconfiar da integridade do Estado em cumprir com seus deveres éticos formais da forma como se espera.

O que é mais marcante nesses novos tempos é a experiência, bem vinda e cada vez mais constante, da sociedade provocar o Estado e forçá-lo a instituir, mediante legislação, medidas e direitos que, de outra forma, ou não seriam conseguidos ou seriam conseguidos muito tardiamente.

Torna-se necessário, para compreendermos melhor a natureza do que aqui se trata refletirmos a que se referem às Políticas Públicas e o que elas são, para depois, no intuito de melhor compreendermos nosso objeto de pesquisa, passarmos a um histórico e problematização dessas políticas e discutir as mesmas frente às necessidades de lazer e as práticas de esporte encontradas na sociedade, vendo

como elas se relacionam com o poder instituído e como vivem essa relação, no que toca às possibilidades de lazer e esporte independente do braço do Estado.

Se a própria discussão de Políticas Públicas inicia-se, com ênfase social, a partir da década de 1990, é compreensível que estudar essas políticas para o esporte e lazer seja algo, também, recente; isso, contudo, não nos deve fazer esquecer que, independente destes fatores, o esporte e o lazer, mesmo no âmbito da Educação Física, foram áreas que não tiveram uma prioridade investigativa de imediato.

Outro fator que influi no surgimento desse campo de estudos e que é um dos seus motivadores é a nova dinâmica nas relações sociais do trabalho e no controle absoluto do capital sobre o tempo dos homens e mulheres. Como é próprio do capitalismo assenhorear-se de modo incontestável de todas as partes e dimensões da vida, o tempo de todas as pessoas que vivem debaixo desse sistema econômico global é cada vez mais apropriado pelo interesse e mandos do mercado (Baudrillard[3], 1981).

Karl Marx e Frederich Engels (1968, p. 26-27), reconhecidamente os melhores analistas do capitalismo que já viveram entre nós, fazem um balanço brilhante a respeito da dinâmica do capital e da implicância disso para as sociedades. No *Manifesto Comunista* eles fazem uma brilhante análise de sua própria época burguesa, como burguesa continua a ser a nossa. Segundo eles, pensando as relações sociais nascidas das relações de produção, essa

> Revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. (...) Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com seriedade suas condições de existência e suas relações recíprocas. Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. (...) Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam, para sua satisfação, os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações.

[3] Jean Baudrillard constrói suas brilhantes idéias em várias obras que analisam o capitalismo. Aqui estamos pensando em sua obra "Simulacro e Simulação", traduzida no Brasil em 1981.

Apesar de longa, a citação dá conta de uma dinâmica social e das relações de produção cujas implicâncias são as que imperam no traçar e no acontecer das Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil atual. Fazendo uso de uma metáfora, o capitalismo é como um monstro que cresce devorando-se a si mesmo e se reinventando sempre; e parte desse processo constitui, na contemporaneidade, na apropriação e controle do tempo dito livre da população. Se as Políticas Públicas para o esporte e lazer podem ser criadas e perseguidas, a materialização delas será no tempo e no espaço, isto é, o esporte e o lazer vão acontecer em um tempo onde não existe outra forma de sociedade hegemônica senão as sociedades de mercado e em uma geografia que não está mais livre de qualquer conquista territorial pelo mercado. Isso nos leva a concluir, por um lado, que as Políticas Públicas de Esporte e Lazer são reflexos da necessidade de novas formas de consumo e exploração mercadológica, uma vez que, como diz Marx, o mercado precisa sempre de novos espaços e inventar novas necessidades, para poder reproduzir a si mesmo e perpetuar-se de modo indefinido.

Contudo, não é necessário fazermos disso uma verdade dogmática, esquecendo que, com ou sem mercado, os homens e mulheres precisam de esporte e lazer, pois antes de serem atividades dominadas e exploradas pelo capital são atividades humanas. Entender as políticas de esporte e lazer como parte do processo de reestruturação constante do capitalismo não ofusca que as entendamos também como parte de uma nova forma da sociedade encarar o Estado e pensar a gestão dos recursos públicos e a função dos organismos institucionais. Cada vez mais as Políticas Públicas vão se constituindo como expressão da convicção social e civil de que o Estado existe para ser ponte para as coisas, para ser caminho para a satisfação das necessidades, para servir, abandonando velhas noções, como a que imputavam ao Estado o direito de legislar tendo como prioridade os seus interesses, e depois os dos indivíduos. O que nos demonstram as Políticas Públicas atuais é a consciência crescente de que o Estado é coisa secundária, de que a prioridade são as pessoas, pois sem elas o Estado não existe.

Voltando o viés para as Políticas Públicas, na visão de Marcellino (2003), as Políticas Públicas são construções participativas de uma coletividade, visando, sua elaboração, à garantia de direitos sociais para todos os cidadãos que compõem determinada sociedade, destacando o caráter de universalidade das mesmas e,

sobretudo o aspecto da construção, vista como feita pela sociedade. Outra concepção, mais clássica, entende política pública como o Estado em ação. Azevedo (1997, apud Liáo Jr, 2003) diz que se pode considerar política pública como sendo "os recursos de poder que operam na sua definição e que tem nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente". Tal concepção, mais identificada com o Estado, vê o mesmo como o órgão gerador e, digamos, paridor das Políticas Públicas. O professor Jacobi (1984), acrescenta que o Estado, no status de órgão de governo, exerce "funções contraditórias, de acumulação e de legitimidade, para criar as bases de um consenso através da ação das suas instituições".

Debatem-se representadas nas concepções acima duas visões básicas a respeito da origem e gestão das Políticas Públicas; a primeira, esposada na citação de Azevedo, credita à iniciativa popular a constituição de Políticas Públicas sobre aquilo que é do seu interesse e de sua necessidade; uma outra entende o Estado como sendo o principal órgão de veiculação dessas mesmas políticas. Jacobi acrescenta de modo acertado, que o Estado, no seu agir, procura criar as bases de um consenso social desejável através das instituições, e tal afirmação nos é muito útil quando podemos ver as Políticas Públicas sendo transformadas em grandes manobras do Estado e que se passam como políticas democráticas, graças ao consenso disseminado pelas instituições. Temos aqui já adiantada um dos desdobramentos das Políticas Públicas levadas a cabo pelo Estado, que é construir o consenso para a perpetuação de uma ordem social injusta e fazer valer seus desígnios frente a outros interesses.

Marcellino (2003, p.11) considera que pensar em políticas de lazer é para além de construir praças e organizar eventos

> Falar numa política de lazer não é só de uma política de atividades, que na maioria das vezes acaba por constituir em eventos isolados, e não em política de animação como processo: significa falar em redução da jornada de trabalho – sem redução de salários e, portanto, numa política de reordenação do tempo, numa política de transporte urbano etc. Significa, também: falar numa política de reordenação do solo – urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer, o que inclui a moradia e seu entorno; e finalmente, numa política de formação de quadros, profissionais, voluntários para forma de trabalhar eficiente e atualizada.

Políticas Públicas de Esporte e Lazer são ações que partem do poder público, em conjunto com a sociedade civil e que tem como objetivo a proteção, fomento e

atendimento de condições reais e desejadas para a prática do esporte e do lazer. As Políticas Públicas de Esporte e Lazer, nesse contexto, não se vinculam a projetos econômicos pela natureza dos objetos da mesma, esporte e lazer, atividades e dimensões humanas voltadas para a criação e desenvolvimento do homem, na medida em que, acontecendo, o faz dialogar intimamente consigo mesmo e perceber o mundo que o cerca sob a perspectiva da solidariedade existencial ao próximo.

Metodologicamente, nossa pesquisa procura dar conta desses dois vieses, separando as ações voltadas para o esporte e lazer no âmbito da oficialidade política e investigando o esporte e lazer em sua autonomia mesmo, ainda que não encontremos para a prática desportiva e de lazer percebida em Várzea Nova uma correspondência do real vivido com o real legislado. Assim, o lazer e a prática de esportes são experiências sociais presentes no cotidiano da população, e procuramos ver como essa experiência se move ou se moveu ao longo do tempo para, no âmbito do Estado através da legislação municipal, tornar-se mais visível e ter melhores garantias de sobrevivência e perpetuação.

Nesse aspecto, constata-se um silêncio ao mesmo tempo revelador e constrangedor. Revelador porque consideramos o esporte e o lazer como atributos humanos, como necessidades que integram os interesses do mercado, mas também como interesses humanos genuínos, e se assim é acreditamos que, por mais opressiva que seja determinada realidade social, os que a vivem encontrarão sempre formas de se contrapor à hegemonia que governa.

Ainda que em nossa pesquisa sejam escassos os documentos referentes às atividades de lazer da população, como também de esportes, isso está longe de significar que inexistia o desporto ou que os habitantes de Várzea Nova não gozavam do lazer, seja improvisado ou vivenciado dentro das possibilidades locais. Desta forma, o silêncio revela antes a desimportância destas questões para os poderes públicos do citado município do que a precariedade de experiências desportivas e de lazer. Constrangedor porque, na configuração política e social atual encontrada no município, serve de indicador das relações e da representatividade da população com os políticos que elege.

O desporto e o lazer não são apenas ignorados pela classe política local como, em um outro movimento, essa mesma classe política, embora eleita pela

população, não responde à mesma percebendo quais são suas necessidades e anseios. Mas, porque as experiências encontradas entre a população não dá conta de transformar essas experiências em Políticas Públicas municipais, partindo-se do pressuposto, para tal, da mobilização popular e da luta social?

Andrade (1986, p. 24), pensando na complexidade e no contexto da materialização das necessidades sociais em Políticas Públicas que satisfaçam essas necessidades, responde que

> A implementação é condicionada por fatores ligados à heterogeneidade do quadro político-institucional: planos envolvem número grande de atores burocráticos, com interesses, ideologias funcionais e graus de autonomia e de dinamismo diversos. A coordenação deles não é tarefa que se resolva com a solução dos organogramas ou com a simples fixação de competências e demarcação de territórios institucionais. Requer da agência de planejamento recursos e talentos políticos para acomodar interesses, aparar arestas e persuadir os recalcitrantes à ação do plano. Tudo isso pode levar a mudanças e adaptações do script original do planejamento.

Vê-se, assim, que a implementação de Políticas Públicas não depende apenas da mobilização popular ou das lutas sociais. Por mais que aja a luta é preciso que ela, em um determinado momento, se transforme em política, em lei, e para isso são necessárias ações políticas. De fato, em Várzea Nova há um espaço entre a mobilização social, seus atores e a presença desses atores no mundo político, ou a presença de quem, politicamente, possa viabilizar a concretização de Políticas Públicas nos organismos institucionais.

Assim, pois, como a vivência social do desporto está longe de ter correspondência na política, o mesmo se pode dizer das Políticas Públicas voltadas para o esporte e o lazer em nível nacional. Sobre isso, basta dizer que, embora ao longo do tempo tenha havido sim importantes medidas e esforços, tanto na legislação como na realização de obras públicas, é apenas a partir da Constituição de 1988 que o esporte e o lazer passam a ser entendidos como direitos sociais, ou seja, como direito de todos e sobre o qual o Estado encontra-se obrigado a fomentar e a perseguir metas para garantir a todos tais direitos. Não nos contentemos com isso; moradia e educação também são direitos sociais, e mais urgentes, e, no entanto considerável parcela da população não se alimenta direito, não tem casa própria e muito menos frequenta escola. Tal constatação só reforça a convicção de que as Políticas Públicas, ainda que principiadas pelo Estado, não pode ser deixada em suas mãos, pois, historicamente, temos visto que o nosso Estado não é gerido

democraticamente, mas, num mundo burguês, como disse Marx, transforma-se ele também em um instrumento da burguesia para a proteção de seus interesses, e para isso inventa-se o discurso da pátria e da nação, quando na verdade só existe a pátria e a nação burguesa.

Ter garantidos esporte e lazer como direitos sociais, porém, abrem novas perspectivas na história do esporte e do lazer e na experiência cidadã da pluralidade cultural de nossa população. Por princípio, saímos ganhando com a Constituição de 1988 porque a mesma garante e reconhece a pluralidade cultural e as diferenças, como também abre espaço para a diferença. Analisadas, coisa que faremos posteriormente, as legislações desportivas e de lazer durante o século XX no Brasil, veremos uma característica geral que era a corporativização da prática desportiva e do lazer, entendido como instrumentos de ideologização e de educação, ou seja, de acomodação social e negação dos conflitos existentes.

3 METODOLOGIA

Os percursos pelos quais nossa pesquisa se baseará será na pesquisa de campo. Desenvolveremos nosso trabalho tendo como base autores que já desenvolveram e desenvolvem trabalhos originais e dignos de veracidade científica na medida em que trabalharam tendo como pressuposto a seriedade e a busca de soluções ao problema e a partir da coleta de dados e registros de variáveis que entendemos como relevantes, para analisá-los.

Optamos pela pesquisa de campo porque ela nos possibilita percorrer as discussões na área e nos informar sobre problemáticas que são bem contemporâneas; a pesquisa de campo, do mesmo modo que a pesquisa empírica exige organização e seleção; a análise e a fundamentação teórica fazem parte da mesma forma que na pesquisa empírica.

Conceituando pesquisa de campo, Lakatos e Marconi (1991, p. 186) dizem que a "a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queria comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles". Claro que o alcance desta pesquisa não atende à definição no sentido de profundidade e amplidão, embora uma pesquisa de campo de graduação não dispense como já falamos o rigor metodológico necessário para responder à pergunta que se propõe. Dessa forma esperamos adquirir condições para responder às indagações propostas e atingir os objetivos que nos propomos.

Na segunda parte de nossa pesquisa procederemos à análise dos dados recolhidos em campo, como a aplicação dos questionários e a análise de catálogo de leis votadas e efetivadas ao longo dos últimos anos no município de Várzea Nova.

3.1 PROBLEMA

Qual a compreensão de Políticas Públicas de esporte e lazer da comunidade de Várzea Nova – Bahia?

3.2 OBJETIVOS

- Compreender a visão sobre Políticas Públicas de esporte e lazer dos moradores de Várzea Nova – Bahia;
- Descrever a realidade de Políticas Públicas do município de Várzea Nova durante o período de 2002 a 2009;
- Refletir sobre as ações da população e dos representantes legais para efetivação de Políticas Públicas de esporte e lazer no município de Várzea Nova.

3.3 DELIMITAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO

O nascimento do município de Várzea Nova, datado de 25 de fevereiro de 1985, deu-se nesse contexto nacional de abertura política. Porém, as mudanças vivenciadas nas grandes capitais do Sudeste demorariam a chegar ao interior do Nordeste. A década de 1990, em Várzea Nova, ainda foi muito marcada por práticas herdadas da época áurea do coronelismo, 1930, se bem que atualizadas, mas mantidas ainda a essência de querer que o povo se comporte como rebanho para melhor conduzí-lo. Ao final da década de 1990 e início dos primeiros anos do século XXI as coisas começam a mudar e, é neste período que situamos nossa pesquisa.

O recorte temporal deste trabalho compreende o ano de 2002 e vai até o ano de 2009. Consideramos esses anos como cruciais para a compreensão da atual organização social e política local, devido ao fato de que foram anos que testemunham e vivenciaram mudanças políticas em sua superfície, embora não tenha apresentado grandes saltos em sua estrutura social. Essa década é justificada também porque inaugura e consolida um período de abertura política dentro do próprio grupo político local, deixando, o município de Várzea Nova, de ser regido apenas por uma única família desde o período de sua constituição, em 1985.

O nosso recorte temporal se justifica pela criação do Ministério dos Esportes no governo Lula e também pelo fato das mudanças e inovações que se observam com as possibilidades abertas na legislação nacional a partir de 1988 e com as prerrogativas criadas, para as legislações municipais, em torno do esporte e do

lazer. Aqui fazemos uma discussão que parte da já constatada distância entre a realidade social vivenciada e a realidade política, tomando o reconhecimento do esporte e lazer enquanto direito social pela Constituição Brasileira de 1988 e, as limitações de Políticas Públicas que visam materializar a obtenção de um direito garantido na Constituição.

3.4 ETAPAS DA PESQUISA

Após realizar um levantamento bibliográfico, para elucidar os objetivos da pesquisa, foram adotados dois procedimentos: levantamento documental e pesquisa de campo.

O levantamento documental foi realizado a partir de algumas incursões à Câmara de Vereadores do município à procura de catálogo de leis ou de algum registro que tenha relação com a temática da pesquisa para verificar as ações políticas no que se refere às questões de esporte e lazer no município de Várzea Nova, durante o período de 2002 a 2009.

No que se refere à pesquisa de campo, optamos pela aplicação de um questionário para compreender a visão sobre políticas públicas de esporte e lazer da comunidade de Várzea Nova.

Segundo Chagas (2001), o questionário:

> É tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto. (...) o questionário é muito importante na pesquisa científica, especialmente nas ciências sociais. (...) construir questionários não é uma tarefa fácil e aplicar tempo e esforço adequados para a construção do questionário é uma necessidade, um fator de diferenciação favorável. Não existe uma metodologia padrão para o projeto de questionários, porém existem recomendações de diversos autores com relação a essa importante tarefa no processo de pesquisa científica.

Tais critérios e observações foram levados em conta quando da aplicação dos nossos questionários. Ao todo, foram aplicados 25 (vinte e cinco) questionários. Desses, 7 (sete) foram voltados para pessoas que praticam esportes em Várzea Nova durante a vigência da última década, e que tem um histórico de resistência no esporte, dadas as condições nas quais sempre praticaram aquilo que amam. Os outros questionários, 18 (dezoito) foram voltados para a sociedade em geral.

Embora a análise dos questionários tenha sido conjunta, decidimos por dirigir perguntas específicas para o público que pratica esportes, pois pensamos que eles, mais do que ninguém, possuem uma vivência do esporte com mais riqueza de informações e testemunharam, mais de perto e pessoalmente, a relação, seja de silêncio ou de apoio mínimo, com a atenção dispensada pelos poderes públicos locais aos praticantes de esportes.

Desse grupo de esportistas, em quantidade de 07, apenas um deles tem menos de 30 anos; a faixa etária média do grupo gira em torno dos 37 anos. Todos eles trabalham em alguma atividade para se sustentarem, e nenhum vive do esporte de forma suficiente. No dia a dia são empregados e trabalhadores, seja pela prefeitura local seja por iniciativa própria ou em alguma empresa privada. Entre as profissões encontradas e por eles declaradas estão as de guarda municipal, capoeirista, funcionário público, atleta, auxiliar administrativo, professor e doméstica. Vê-se que é um grupo de esportistas bastante diversos, provindo de diferentes camadas sociais, mas que, analisados sob a ótica do esporte, podem ser situados no mesmo patamar.

Quanto à escolaridade, apenas uma pessoa tem nível superior, três possuem Ensino Médio – antigo 2º grau. Um deles não terminou o Ensino Médio; outro tem apenas o Ensino Fundamental completo e outro ainda estudou até somente até a quarta-série. Percebe-se pela faixa etária que já concluíram os estudos, e sobre a retomada dos mesmos para aqueles que ainda não concluíram isso é uma incógnita, incógnita que podemos prever seus resultados e barreiras, conhecendo a crescente informatização do mundo e exigência de escolaridade cada vez maior para o desempenho de funções básicas que, todavia, estão mais e mais ligadas a sistemas operacionais de trabalho complexos.

O outro grupo, formado por pessoas de diversas localidades e camadas sociais do município, são de forma igualmente diversa, tanto em sua formação e escolaridade quanto na ocupação profissional. As variedades de pessoas que responderam os nossos questionários representam a diversidade da vida produtiva e social local. Entre essas pessoas está um administrador de empresas, lavrador, professores, servidores públicos, marceneiro, comerciantes, locutor e um aposentado. Preocupamo-nos com a diversidade do grupo, pois queríamos apreender representações e opiniões de todas as camadas sociais para podermos

estar mais aptos e seguros de procedermos à análise do material que teríamos em mãos depois.

A faixa etária desse grupo pesquisado gira na média dos 40 anos, com quinze tendo mais de 30 anos e apenas três tendo idade abaixo dessa faixa etária. Compõem este grupo tanto pessoas jovens, adultas, quanto pessoas que estão na faixa etária entendida e pensada como terceira idade.

Quanto à escolaridade, esse último grupo é assim formado: 3 pessoas possuem Ensino Superior completo, 8 possuem apenas o 2º grua (Ensino Médio), 3 possuem pós-graduação, 2 possuem Ensino Superior incompleto, 1 estudou até o 2º ano do Primário (Ensino Fundamental) e um, cuja profissão é professor, não informou a escolaridade, embora possamos deduzir, mediante o desempenho de atividade docente.

Este grupo pesquisado, como o grupo dos esportistas, possui suas próprias visões e concepções de mundo e de política, e é com base nelas que, em seu local, agem e vivenciam aquilo que lhes interessa e que lhes diz respeito. É preciso saber, para quem cuja curiosidade conduza à análise dos questionários, que as respostas têm motivações diversas, devido principalmente a correntes políticas seguidas pelo nosso público, correntes políticas que em nada divergem uma da outra, no seu conteúdo de proposições, mas apenas, em localidades pequenas, servem de escadas e espaços para obterem favores políticos, negociações, empregos e lutarem pelo poder. Nada, porém, que invalide as opiniões coletadas do ponto de vista da verdade. Aquilo que disseram pode sim, e deve ser confrontado com a realidade e com ela comparado, e a depender da resposta vamos encontrar disparidades ou não. Contudo, no âmbito da pesquisa científica, nosso procedimento não deve ser o de julgar, mas de entender que as vozes, as consciências, expressam o mundo da forma como o entendem e o elaboram, e reelaboram, conforme critérios muito pessoais, nos quais entram princípios e valores, coisas que são específicas de cada indivíduo humano e para cuja constituição não entra valores de forma consciente, mas absorvidos por processos específicos da educação que cada indivíduo humano recebeu na escola.

Com este grupo é que dialogamos com os teóricos que estudam a Educação Física à luz de suas múltiplas implicâncias social e de seus desdobramentos no esporte e no lazer. Os estudos sobre esporte e lazer, como em geral de toda a

Educação Física, tem em comum com a redemocratização, na medida em que ela é recente, o fato de, embora durante todo o século XX estivesse presente no Brasil e em sua educação, só agora está se empreendendo uma revisão de seus postulados e de seus fundamentos políticos próprios, começado na década de 1970, como aponta os estudos de Castellani Filho e Freire especialmente, e junto com esta revisão os conceitos de lazer e esporte são também revisitados e revistos à luz das necessidades e das transformações da sociedade contemporânea.

Tendo tal postulado em mente, nos preocupamos em, ao mesmo tempo em que pesquisávamos a respeito das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, não desvinculá-las por inteiro do âmbito da Educação Física, embora esporte e lazer, com a transdiciplinaridade e pluralidade tão em voga hoje em dia, não sejam objetos de estudo exclusivo da Educação Física, mas explorados e estudados por outras esferas do saber humano, como a sociologia, a história, a medicina, a fisioterapia e a biologia, entre outras. Compreendemos que a Educação Física, embora não deva monopolizar a discussão em torno do esporte e lazer.

Na aplicação dos questionários, excetuando-se o grupo dos esportistas, perguntamos a respeito do entendimento que eles tinham sobre Educação Física e que definissem a mesma, respondendo também do que se tratava. Das 18 respostas, prevaleceu o conceito de Educação Física biologizado e naturalizado, ritualístico como sendo um ramo do saber destinado apenas para a escola e limitado a exercitar o corpo, disciplinar os jovens e cuidar da mente. Apenas duas pessoas compreenderam o significado abrangente da Educação Física como voltada para a compreensão da totalidade da vivência do ser humano, mas, claro, cuidando com mais profundidade e especificidade aquilo que lhe compete e de que mais se ocupa.

É contra este conceito naturalizado da Educação Física que os novos estudos se voltam, e de forma igual contra a concepção de esportes enquanto uma prática para preenchimento do tempo e destituída de significados maiores e de implicâncias mais profundas além daquela de ganhar dinheiro para os poucos sortudos e daquela outra, atualizada nas escolas, como sendo uma perca de tempo ou desculpa para se preencher tempo de aula de Educação Física. Os novos estudos não nascem e nem vem ao acaso, mas são frutos de reflexões feitas no âmbito da própria disciplina e em sua maioria enfrentados por ela e vindos de outras áreas. As criticas dirigidas à Educação Física, sobretudo a que a acusa de ser apolítica e despolitizada,

contribuindo para a alienação do indivíduo ao ensinar-lhe uma educação não contestadora tem sido respondida de forma autêntica e corajosa por muitos autores, como os já citados Freire e Castellani.

Então, nos atentemos para a natureza de nossa discussão, Políticas Públicas para o esporte e lazer, e percebamos que tal discussão, de fato, é fruto dos últimos desdobramentos nas pesquisas acadêmicas sobre Educação Física, Esporte e Lazer e, para, além disso, revela também um campo novo de estudos que, graças aos esforços de corajosos pioneiros, deixou de ser desprivilegiado para passar a fomentar estudos e investigações.

Estudar as Políticas Públicas de Esporte e Lazer precisa ser algo feito com base também na percepção de que tais Políticas Públicas andam juntas com a percepção de mudança que precisam ter o estudo dos esportes e as implicâncias do lazer, não mais estudados e vistos separados da política ou dos interesses da sociedade, acreditando, como por muito tempo e lamentavelmente se fez, que a educação caminhava separada dos interesses políticos, mas sabidamente crentes de que não existe nenhum saber, até mesmo o científico, que não esteja carregado de ideologia e movido por interesses, ainda que não interesses explicitamente classista ou econômico.

4 POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER EM VÁRZEA NOVA – ANÁLISES E DISCUSSÕES.

Podemos agora analisar as concepções de Políticas Públicas, tendo em mente serem elas fruto tanto de abertura política quanto de novos entendimentos buscados pela Educação Física e pela sociedade civil organizada.

A respeito de sua constituição, não é novidade que no Brasil, isso historicamente, as estruturas políticas, sempre conservadoras e receosas de qualquer mudança, fora as últimas a adotarem e acatarem mudanças, um temor justificado pelo medo de que na onda das mudanças as estruturas sociais se desfizessem e personagens indesejados, diga-se o povo, acendesse os cenários de comando da vida pública, destituindo velhos grupos dominadores. O esporte e o lazer, nesse âmbito, sofreram e sofrem dificuldades para serem reconhecidos e afirmados como direitos sociais, por conterem aberturas políticas e possibilidades de esclarecimento e questionamento da ordem política impossíveis de ser controlada, coisa que não impediu que fossem reconhecidos, pelo viés da luta social e dos movimentos sociais, como, de fato, direitos sociais.

Depois de reconhecidos como direitos sociais, o esporte e lazer viu o relaxamento das obrigações do Estado, que sistematicamente, com a aplicação da política neoliberal, tirando investimentos sociais para focar na economia e atender aos interesses do Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial passaram à descentralização dessas políticas, atribuindo às Unidades Federativas e Municípios a tarefa de executar essas políticas. Segundo Bastos (2003)

> Este modelo de descentralização foi implantado por diferentes países frente à questão social, e as orientações adotadas apresentam algumas medidas comuns, entre elas a privatização de programas de bem-estar social. Desta forma, instalou-se uma progressiva isenção do Estado no que se refere à garantia dos mínimos sociais necessários à sobrevivência humana. Este processo de descentralização tem sido considerado como promotor do desmonte da rede de proteção social antes mantida pelo Estado, levando a uma progressiva intervenção dos interesses privados nas questões sociais e implementação de ações de políticas sociais por organização da sociedade civil.

Se as Políticas Públicas, com o neoliberalismo, se diluíram, é preciso ver como uma conquista da sociedade civil organizada o direito de requerer e formular ela mesma suas necessidades mediante a elaboração dessas mesmas políticas e

inseridas no debate político e na legislação por meio da organização e politização dos movimentos sociais organizados. O neoliberalismo do Estado na década de 1990, época áurea dessa política, impactou não só prioridades como educação e saúde, mas o esporte e lazer. Analisando o impacto desse regime econômico-político no esporte e lazer, Bastos (2003) diz que

> No esporte, as ações do Mercado se caracterizam pela atuação de empresas privadas como "parceiras" de clubes e entidades de administração do esporte e principalmente através de patrocínio ao esporte de rendimento. Fenômeno mais recente indica o crescente envolvimento de empresas no desenvolvimento de ações voltadas ao Esporte, apoiando iniciativas do setor público ou implementando seus próprios projetos sociais, utilizando o esporte em seu bojo. A atuação da Comunidade, através da atuação do chamado "terceiro setor" (Organizações Não-Governamentais ou entidades públicas não-estatais) se dá de forma marcante através da implementação de projetos sociais de Esporte e de Educação desenvolvidos em parceria com organizações públicas e privadas.

A intromissão do Mercado, ou leia-se, grandes empresas e corporações – as substitutas das nações no futuro –, fez e faz com que a atenção do esporte seja capitalizada, isto é, vista apenas pelo lado do rendimento econômico. De novo, a reprodução capitalista e elitista do modelo de economia capitalista é transferida ao esporte, capitalizando algumas modalidades, beneficiando e patrocinando alguns poucos e marginalizando as práticas sociais.

Na medida em que o Estado relega aos municípios e Estados da União a implantação e desenvolvimento das Políticas Públicas e incentiva a parceria público-privado o que se dá é apenas a sobrevivência do interesse privado, pois este é guiado pelo lucro, seja líquido seja em capital social através da propaganda. Por que isso? Porque o próprio Estado se deixa ver em sua nudez na medida em que analisamos a mecânica de repasse de funções, pois municípios e Estados da Federação não têm condições de, por si mesmos, incentivar o esporte e fomentar o lazer, desprovidos de recursos que são para estas áreas.

As Políticas Públicas trazem, assim, uma rica discussão sobre a realidade social, e seu desenvolvimento e tentativa de aplicação são reveladores tanto do descaso para com o esporte e lazer em nível nacional quanto da desorganização estrutural de nossa política no que se refere à formulação de um projeto social nacional, com objetivos claros e voltados não para o engrandecimento da nação, mas para o combate de seus problemas sociais, verdadeira forma de engrandecê-la.

O esporte e lazer são compreendidos modernamente como esferas de atuação do Poder Público com vistas a responder necessidades da sociedade civil e também como direitos sociais, requisitados não só pelos seus representantes legais no Estado de Direito sob regime democrático – deputados, senadores – mas principalmente pela própria sociedade civil. Este último aspecto tem a ver com o que debatem no nível jurídico e do direito civil, com a propriedade daquilo que se chama de política pública, vindo a ser a iniciativa e a ação, como também a conservação e a perpetuação dessa ação, pelos meios populares, pelos instrumentos de gestão disponibilizados ao povo pela Constituição de 1988 e pela efetiva fiscalização. Isso não invalida que as Políticas Públicas sejam cultivadas e debatidas por iniciativa dos legisladores, mas refere-se ao fato de que, para ser permanente, eficaz e frutífera precisa ir além dos âmbitos legislativos e governamentais e se assentar na participação social.

Nesse sentido, pensar as Políticas Públicas em Várzea Nova é também pensar que mecanismos estão nas mãos dos cidadãos que os possibilite acessarem o Poder Público ou mesmo provocá-lo para, Poder Público e comunidade, poderem engendrar iniciativas. Contudo, adotamos a deficiência e responsabilidade dos gestores locais referente à falta de ênfase e clareza com o esporte e lazer até certo ponto, pois acreditamos que o povo, ao contrário do que se diz, não é objeto de manipulação pura e simplesmente, ou algo parecido com fantoche. Tal ideário de povo no Brasil está muito perto da idéia de, ao mesmo tempo em que o ver como vítima o vê também como incapaz.

Ao longo da história política de qualquer comunidade e nação é possível perceber os interesses dessa comunidade, e tais interesses irão refletir ou não no apoio ou opção que ela faz por seguir determinada linha política ou adotar comportamento específico. Acreditamos com MARX (1974) que

> Os homens fazem sua própria história, mas não fazem como querem; não a fazem sob a circunstância de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado.

Esta crença nos faz dar à comunidade estudada autonomia de ação, mas autonomia sobre uma herança já herdada e que, infelizmente, contribuiu e contribui para que a luta por direitos e cobrança popular aos que deveriam assegurar seja atenuada e recaia, no decorrer da história, na retórica e demagogia política local.

Nos questionários aplicados durante nosso estudo foi possível perceber características e posturas que, pela repetição nos questionários, denotam uma visão de gestão comunitária equívoca e baseado no âmbito do poder provindo pela via eletiva e se materializando no poder legislativo e executivo.

Em todas as nossas entrevistas, com pessoas da comunidade e com os esportistas, foi opinião dominante o entendimento de que as Políticas Públicas e as iniciativas para consolidar uma postura pública mais favorável aos esportes e de fomento ao lazer era algo que deveria partir de quem esteve e está dotado de poder legal. Observa-se deste modo entraves culturais e de natureza educativa que, aos moldes do que fizeram as classes dominantes desde o período do Brasil Colônia, favorecem a perpetuação de noções de democracia deturpadas na contemporaneidade e consolidam uma visão do Estado como o senhor de todos.

Diante deste contexto, nosso percurso de pesquisa nos levou a perceber que, qualquer profissional de Educação Física que se dispusesse ou que se dispunha a trabalhar o esporte e lazer com a comunidade teria antes de, mais do que qualquer outra coisa, vencer barreiras que uma boa educação deveria ter banido como o desconhecimento dos munícipes a respeito dos próprios direitos sociais e os caminhos que devem e podem sair da própria comunidade para se transformarem em leis efetivas e em ações de grande alcance para a totalidade dos munícipes.

O histórico esportivo de Várzea Nova nos permite dizer que qualquer iniciativa, quando bem trabalhada conceitualmente e politicamente, pode levar a resultados concretos com impacto na vida social e no exercício de cidadania. Por isso afirmamos porque o município tem uma rica história de iniciativas populares que buscam, de modo incessante, o esporte como meio de dignificação de suas vidas ou de otimização do tempo ocioso em um município onde a vida produtiva é paupérrima e muito pobre.

É preciso dizer que as Políticas Públicas incluem, mas não se limita a pensar as questões do esporte e do lazer no âmbito político tradicional. Como as discussões de Políticas Públicas, fruto das reivindicações populares, nasceram aliadas e indivisíveis com a participação popular, nosso trabalho analisou o âmbito político, mas consciente de seus limites, se voltou para outros testemunhos que dão conta da vida e até, por que não, de uma efervescência esportiva varzeanovense, não no sentido de um fluxo crescente, mas significando uma experiência de

resistência e ao mesmo tempo de afirmação cultural e diversificação dos gozos de vida, de se viver a vida nos confins do sertão e, como o jagunço de Guimarães Rosa[4], realizar seu ideal de felicidade no âmbito do possível.

E neste confinamento, na medida em que se busca um sentido para a vida, silenciam vozes não se sabe por ter consciência do que deveria ser feito e não faz ou por vergonha de não cumprir com as responsabilidades atribuídas pela população.

Tais preocupações, embora não pareçam à primeira vista, são artigos de política e dela dependem; é preciso, contudo, abertura e maturidade política para permitir que a vida mesma seja tematizada enquanto categoria do político. Esta abertura política não é sentida apenas no nível da política partidária e administrativa, mas também na participação da sociedade em políticas locais e no aumento das reivindicações sociais e resistência a práticas políticas antes praticadas largamente, como perseguição, mas que não eram devidamente confrontadas. Embora com velocidade menor, os ventos da democracia e dos direitos de livre opinião expresso no famoso Artigo V da nossa Constituição também chegaram a Várzea Nova. As razões porque escolhemos, para início de nossa pesquisa, o ano de 2002; não que algum fato decisivo tenha ocorrido nesse ano, mas o escolhemos pela simbologia de que é carregado, marcando o início de um governo capitaneado por um ex-operário e a criação do Ministério dos Esportes.

A elaboração que as sociedades fazem acerca do tempo, contudo, acabam por assumir para elas o papel de mapas que indicam novas posturas e licenças para mudanças, e embora essas mudanças possam ser perceptíveis e datáveis do ponto de vista factual, político, elas não o podem ser onde são mais importantes, que é na cultura.

A mudança de pensamento que se opera na cultura não pode jamais ser datada, dada seu caráter de subjetividade. A partir do ano 2002 podemos elencar pequenos acontecimentos que, analisados mais profundamente, nos direcionam a possibilidades de mudanças em caminhos e de anseios acalentados há anos, mas que por um conjunto de circunstâncias várias não vieram à tona. Escolhemos a década e não apenas o ano de 2009 porque no ano de 2009, como em todos os

---

[4] Riobaldo, personagem do livro de Guimarães Rosa, *Grandes Sertões: veredas*, que se confinou no sertão em busca de, entre outras coisas, achar o sentido para sua vida e tentar ser feliz.

demais da década em questão, não ocorreram, politicamente, mudanças ou alterações no cenário das Políticas Públicas locais tocantes que interessam ao esporte e ao lazer. Quando isso foi constatado resolvemos nos mover para a ação de políticos que por si mesmos se envolveram no esporte, como alguns mostram nos questionários respondidos, e para a interpretação da experiência popular e suas reinvenções próprias de suas alternativas de lazer e do esporte.

Nesse período começam a surgir em Várzea Nova grupos de teatro que até hoje marcam a memória da cidade e que deixaram frutos que ainda produzem, com os jovens se interessando e formando grupos de representação em igrejas e em bairros. Surgem também vozes de jovens estudantes que, pronunciadas, tem atrás de si o apoio não expresso de associações e anseios de outras categorias sociais.
Os professores, grupo que sempre foi atuante no município, vivencia problemas e divisões decorrentes da divisão política municipal, mas divisões que apontam para um amadurecimento da categoria, que começa em meados dessa primeira década, a conceber como prioridade e insígnia maior de sua luta pessoal e de seu ensino em sala de aula o critério da liberdade política e exercício da livre crítica, descartando que para isso seja preciso aliança com qualquer das estruturas políticas nascidas até então no município. Além disso, motivada por interesses políticos, medidas administrativas de uma gestora local abre as primeiras negociações frutíferas com universidades privadas, negociando o ingresso de boa parte dos professores da rede pública municipal no Ensino Superior.

Tal medida, em Várzea Nova, nasceu do interesse político eleitoreiro e faz ressonância com a tendência da política nacional para o Ensino Superior, que é fazer com que cada vez o Estado se desincumba de ter o Ensino Superior como sua responsabilidade e passar isso para a iniciativa privada. Um caminho que, se trilhado, deixará de fora as classes populares, incapazes de financiar uma universidade privada, enquanto cada vez mais as universidades públicas vão sofrendo um processo de sucateamento que possa, mais tarde, ser usado como argumento justificador para sua privatização.

Vê-se assim que os primeiros anos da primeira década do século XXI resultaram em fatos sociais consideráveis, do ponto de vista do fato histórico, mas que podem retroceder a ela se passamos a considerar o aspecto da cultura e do pensamento, que precisam de muito mais tempo para ser germinados e paridos.

Na medida em que, a análise dos documentos revelou-se fragilizada dada a sua ausência, adotou-se como procedimento a aplicação de questionários para obtenção de informações que as fontes políticas não deram. A experiência esportiva dos munícipes vai além das cobranças feitas aos políticos, parecendo assentar-se sobre si mesma, de forma gratuita, sem nenhuma ambição senão aquela vislumbrada pelo famoso Barão de Coubertin[5], de poder celebrar o esporte como um valor válido por si mesmo, sem ser ainda mercantilizado ou orientado pelos interesses do mercado. Isso não é romantismo, mas compreensível tanto economicamente quanto racionalmente; economicamente porque as produções e vivências esportivas de municípios como Várzea Nova passam ao largo dos interesses do capital pela questão do baixo lucro, quando ele existe; racionalmente porque, de fato, filosoficamente e eticamente, tem se comprovado que o esporte, independente de ser competitivo ou não, está carregado de valor positivo e de capacidade de integrar seres humanos na sociedade de forma digna e feliz. Tubino (1999, p. 27) acredita nessa possibilidade e celebra o esporte por seu valor próprio, realçando o aspecto participativo, ao dizer que o

> O esporte-participativo ou esporte popular, por sua vez, se apóia no princípio do prazer lúdico, no lazer e na utilização construtiva do tempo livre. Essa manifestação esportiva não tem compromisso com regras institucionais e de qualquer tipo e tem na participação o seu sentido maior, podendo promover por meio o bem estar dos praticantes, que é a sua verdadeira finalidade.

A respeito da questão econômica ela tem de ser lida à luz da ideologia. Percebemos que os depoentes deixaram depreender certa naturalização para o fato do esporte no município ser tão desprivilegiado pelo Poder Público, como se quisessem dizer que o esporte era importante, mas de um jeito que não requeria dinheiro ou investimento. Voltamos aqui para o que discutimos no parágrafo anterior, a respeito da exploração comercial do esporte em cidades pequenas como Várzea Nova, exploração que não há. Porém, essa ausência do mercado em localidades pequenas é uma falsa ausência. Pela ausência opera-se uma presença, e essa presença é justamente o pensamento enganoso que procura fazer com que questões que dizem respeito à qualidade de vida e aos direitos sociais sejam

---

[5] Pierre de Frédy (1863-1937), mais conhecido pelo título nobiliárquico de Barão de Coubertin, foi pedagogo e historiador francês. Ficou conhecido para a posteridade como o fundador dos Jogos Olímpicos da era moderna.

tratados com não tão grande atenção, porque existiriam, supostamente, coisas mais sérias e importantes a que todos deveriam se ocupar. Neste especial é oportuno dizer que consideramos as políticas sociais, conforme Filho (1988, p. 42) como

> Inegociáveis, são direitos incondicionais de todos os sujeitos. Cabe ao poder público, em parceria com a sociedade civil, construir Políticas Públicas de esporte lazer para satisfazer essas necessidades e desenvolver cidadãos ativos que, sejam capazes, segundo Pereira (2002, p.27), de desfrutar uma vida prolongada e saudável, conhecimento, liberdade política, segurança social, participação cumulativa, direitos humanos garantidos e respeito a si próprio.

As conseqüências de uma racionalidade contrária aos investimentos sociais, no âmbito do esporte, são termos em nível macro no Brasil os esportes como grandes negócios explorados por empresas multinacionais.

Como a vida humana é regida pela ordem da satisfação das necessidades básicas, consequentemente a necessidade primordial é se alimentar, a questão econômica tem nas sociedades modernas o status de espinha dorsal de sustentação da ordem social humana. Ora, não é preciso dizer nada para atestarmos que quem ordena a vida nas sociedades modernas é o sistema capitalista. Deste modo, não se pode desvincular políticas sociais e Políticas Públicas do interesse pelo lucro mascaradamente presente na estrutura do Estado (Estado-nação, a quem Karl Marx acusava de ser uma mera legenda por detrás da qual se escondia uma classe social rapina e ávida por exploração comercial, a burguesia).

Disso resulta que teremos, no Brasil, o futebol como sendo privilegiado em detrimento de outras práticas esportivas também praticadas pela população. O futebol, presente de forma sufocante na mídia, dada as construções que com ele se faz a respeito da representação da identidade brasileira, se presta a, pelas mãos dos grandes meios de comunicação, justificar os investimentos no mundo da bola, canalizando investimentos federais para os clubes e atividades correlatas.

Questionar essas relações com o esporte é questionar a razão pela falta de investimentos na capoeira, no handebol, na natação em localidades interioranas. Fazendo o caminho reverso, não questionar essa política é fazer com que ela se perpetue, e ela se perpetuar significa dizer que os recursos federais estarão garantidos para os grandes conglomerados econômicos que exploram o esporte no Brasil, e esse esforço de continuidade passa, necessariamente, pela naturalização de que é comum não se ter investimentos em esportes, em municípios pequenos,

sejam por que não são tão importantes seja por falta de recursos. Pensar assim é o que garante os mitos do Brasil País do Futebol, como se investir no futebol fosse capaz de satisfazer todas as necessidades esportivas do país.

Os investimentos horizontais nos esportes são necessários, a despeito dos investimentos viciados em uma parcela de esportes midiatizados e patrocinados por empresas; tanto que o professor Grael, ao abrir o XI Congresso Ciências do Desporto e Educação Física dos países de língua portuguesa preocupou-se com a organização administrativa do esporte e como ela lida com a fluência e a destinação dos recursos financeiros. Segundo Grael (2006, pág. 18)

> Um ponto de grande valia estratégico hoje é a integração do sistema esportivo nacional. O esporte é marcado por uma alta hierarquia no campo governamental: o Ministério do Esporte, secretarias estaduais, secretarias municipais, isto para os municípios que possuem secretarias para a área do desporto, que até você chegar à escola ou chegar à comunidade. No campo privado temos os comitês olímpicos e para-olímpicos, as confederações nacionais, federações estaduais, e os clubes. Com essa hierarquia cria muitas vezes dificuldade para que o dinheiro saia lá do topo da sua origem e chegue à ponta, ou seja, para o atleta e o jovem.

Para, além disso, cabe dizer ainda que o futebol, tão incentivado, não é alvo de investimentos nas escolas públicas de Várzea Nova sob a justificativa de que é um esporte fácil de praticar, presente em toda e qualquer esquina de rua. Raciocínio que esconde o futebol lucro dos grandes clubes e o futebol barato, sem custo, espalhado pelo Brasil como política de esportes. No dizer popular, seria acertado aplicar aqui o ditado que expressa uma ação esperta e muito econômica, ou seja, matar dois coelhos com uma cajadada só.

O esporte e o lazer são categorias de estudo e análise de parte da vida social moderna, mas nem por isso podem ser analisadas de forma isolada, pois tanto a compreensão da sociedade quanto a compreensão plena do esporte e do lazer exigem-se de forma igual. O esporte e o lazer não são práticas ou rituais que ocupam o tempo das pessoas e que podem ser montados ou desmontados ao bel prazer de quem quer que seja. Esporte e lazer são fenômenos sociais, presentes na vida da sociedade sem que ninguém tenha instaurado isso, mas sua ocorrência é parte da constituição da cultura humana.

E que entendimento fazem do lazer nossos entrevistados? Lamentavelmente, não outra do que a que os autores que estudam o tema condenam que é a redução do lazer a atividades lúdicas, a brincadeiras e a diversão e, também, ao simples fato

do correr do tempo livre, sem trabalho. Marcellino (2003, p. 114) diz que "(...) o lazer se diferencia de outros momentos da vida, na medida em que – apesar das desigualdades que existem nesse contexto – é possível afirmar que nele as pessoas escolhem"; o lazer, em sua concepção, passa pela possibilidade de escolha, ou seja, implica em atividade escolhida, consciente e propositada pelo agir humano, não entregue de bandeja e sem opções – salvo as muitas oferecidas pelo mercado – de escolha e de natureza do lazer. A possibilidade de escolha é outra questão bastante significativa, sem se tratando de que tudo, no capitalismo, vive mergulhado no reino do lucro e da mercadoria.

Perguntados sobre as atividades de lazer do final de semana ou como preenchem o tempo livre, as respostas foram: ir a bares e restaurantes, freqüentar a praça pública para conversar/passear e olhar os transeuntes, comparecer ao Ginásio de Esportes e aos campos de futebol, jogar bola, participar de cavalgadas, "tomar uma cervejinha, que ninguém é de ferro, discutir aquele filme ou aquele livro e depois procurar uma namorada ou aquela paquera". Além dessas opções, aproveitar as cachoeiras da região e tomar banhos de rio também forma acusados. Embora o entendimento de lazer precise ainda ser trabalhado, construído como política pública para que a população se perceba em falta, cobre dos agentes públicos e aja, é possível perceber que nenhuma dessas pautas passa pela intervenção do poder público ou precisa dele para ser realizada. Isso evidencia uma vivência do lazer à parte da elaboração política ou da racionalidade pensada, indo ao encontro da espontaneidade presente no ritmo de vida dos populares e em sua insistência com a ressignificação do sentido e do prazer da vida, apesar dos não poucos motivos que eles têm para fazerem o contrário.

Várzea Nova é um dos muitos municípios que estão longe de implementar uma política de lazer levada a sério e distanciada da concepção pobre de diversão e descanso apenas, não sendo pensada como esfera de desenvolvimento e realização humana. Essas representações precisam ser repensadas de forma urgente, e uma das formas por onde isso pode acontecer, e deve, é através de implantação de Políticas Públicas locais para, primeiro, amadurecer questões, debater e refletir e materializar todo essa maturação social em leis.

Em nossa pesquisa percebemos que a sociedade local elabora para si mesma aquilo de que precisa para tornar a vida mais suportável do ponto de vista de

aproveitá-la com satisfação, de encontrar nela algo mais do que a dureza da luta pela sobrevivência diária.

A vivência e a experiência que as sociedades possuem do esporte e do lazer são experiências que fazem parte de sua visão de mundo. O lazer, assim como o esporte, já falamos sobre isso, não pode ser analisado isoladamente, caso queiramos empreender um entendimento sobre os mesmos. O lazer e o esporte não são experiências que se dão ao acaso, mas realizam-se num quadro de sentido dado e construído por cada sociedade. Embora possamos generalizar a concepção de esporte e de lazer, devido à grande circulação de idéias e conhecimentos pela mídia, essas idéias não são as que estão presentes em cada localidade. Cada indivíduo, cada sociedade, encontra para si uma justificativa do porque que pratica esporte e do porque que o lazer é preciso e se faz necessário.

Os resultados encontrados para a definição e formulação do que venham a ser as Políticas Públicas no município de Várzea Nova foram bastante variados. Analisando as respostas, dos 18 entrevistados, deixando de fora os desportistas, nós podemos classificar que elas apontaram as Políticas Públicas em três direções; uma concepção que vai à direção das Políticas Públicas como medidas que devem vir do poder instituído, oficial, representado na figura do prefeito e dos vereadores; uma outra direção vai no sentido de aliar Políticas Públicas com a comunidade e o poder público; e ainda um outro caminho que podemos seguir é o entendimento das Políticas Públicas como políticas formuladas pela população para atender a suas próprias reivindicações e atender aos seus interesses. Esta última concepção vai mais ao encontro da nossa concepção de Políticas Públicas, aquela que dá prioridade e faz do sujeito atuante o trabalhador, o morador da cidade que vive os problemas da mesma, enfim, o cidadão comum, sem distinção jornalística e sem ser alvo de qualquer holofote em qualquer lugar e de qualquer intensidade, mas anônimo que no seu anonimato é o verdadeiro construtor do município com sua força de trabalho explorada ou vendida.

Muitas das respostas são vagas, não assumindo a perspectiva de que alguém precisa ser o agente dessas Políticas Públicas. Respostas como definindo as Políticas Públicas como "conjunto de práticas para o bem estar de uma sociedade[6]"

---

[6] Todos os questionários estão anexos a este trabalho. Os nomes dos depoentes foram aqui preservados para proteger suas identidades e por obediência a princípios de integridade. O conteúdo

foram vistas mais de uma vez, embora com variações e especificações maiores e mais detalhadas.

Os depoentes apontavam para pontos em comum na elaboração dessas políticas, presentes de forma implícita nas respostas dadas. Essa direção comum era o entendimento claro de que o Poder Público de sua cidade tinha competências, funções e deveres a serem cumpridos, mas que não eram satisfeitos da forma como deviam. Além disso, em algumas respostas aparece a consciência de que a deficiência na administração do município não se deve a fatores outros que não a pura vontade de seus administradores.

No grupo dos esportistas, perguntados sobre o que achava do comportamento do Poder Público municipal em relação ao esporte e lazer apenas um esportista disse que houve durante a história do município, mas não citou qual período, em que os gestores se relacionaram de forma mais amistosa com o desporto municipal. Todos os outros 6, de um grupo de sete, acusaram as administrações de apoiarem o esporte apenas quando se tem eventos ou quando se realiza algum evento que seja de interesse do governo local. Um desportista disse que, "Ao longo dessa década, pouco foi feito pelo esporte na região; precisamos não só de um governo que goste, mas sim que atue nessa área tão importante na formação de atletas e cidadãos de bem"; outro atleta corredor desabafou e disse que ser

> Importante que alguns gestores fizeram algo pelo esporte de nossa cidade, mas na realidade, através de cobrança dos desportistas, e quando atendido pelo gestor ele prioriza apenas algumas modalidades esquecendo-se das outras. Em minha opinião todos que passaram nenhum tiveram compromisso com o esporte, até o atual está deixando a desejar.

Todos os sete desportistas entrevistados afirmaram sua insatisfação com as Políticas Públicas e com a atenção dispensada aos mesmos e aos esportes em geral. Todos eles, em suas respostas, disseram que as motivações pelas quais os mais diversos gestores, na última década, apoiaram os esportes e aos mesmos desportistas foram motivações passageiras e nunca fizeram parte, como o desportista bem disse na citação anterior, de um "compromisso com o esporte".

---

completo, o teor tanto das perguntas quanto das respostas aos esportistas e à população em geral poderão ser analisados e vistos como parte anexa a esta monografia.

Com exceção da Lei Orgânica Municipal, escrita sem a participação da sociedade quando o município foi juridicamente reconhecido em 1985, não se registra mais nada, desde esse momento, que respalde a prática de esporte e se quer cite alguma iniciativa exclusiva para o lazer. Encontramos muitas criações de praças, citações e cobranças para ajardinamento da cidade, mas medidas inclusas em outras propostas que não a de especificamente oferecer o lazer à população. Como disse um de nossos entrevistados, nenhuma praça municipal, nem mesmo a central, possui brinquedos para as crianças ou que sejam voltados para o lazer produtivo e criativo – não produtivo e criativo economicamente, mas culturalmente e intelectualmente.

A vivência e concepção de Políticas Públicas pelo nosso público passa, então, pela percepção empírica da falta e da ausência, isto é, são vistas como elementos constitutivos da política oficial mas sabidamente ausente dessa política. Algumas repostas nos fizeram perceber que muitos percebem Políticas Públicas como alguma medida benéfica para a população, alguma medida material ou que facilite sua vida em algum aspecto. Embora tal ideário não seja de todo condizente com a concepção de política pública, de fato as Políticas Públicas tem sua gênese nos problemas enfrentados pela sociedade e vividos por ela cotidianamente, e se encorparam, historicamente, conquistando o território da ausência e da negligência do Estado em prover com satisfação os direitos básicos da população. Entendermos historicamente o surgimento e crescimento das Políticas Públicas de Esporte e Lazer significa compreendermos também que esse processo está vinculado a uma crescente conscientização e politização da sociedade. O próprio entendimento de Políticas Públicas, que não está livre de ser apropriado pelas esferas públicas oficiais da política nacional para deturpá-lo, é um marco desses novos tempos desencadeados com os ventos da redemocratização, já citada por nós anteriormente.

Sobre o esporte, querendo saber qual era a visão que os varzeanovenses tinham do mesmo, o futebol não foi o único esporte a ser lembrado. Além dele também foram citados o futsal, a capoeira, karatê, boleado, corrida de cavalo, atletismo, vôlei e ciclismo. As respostas obtidas por nós durante a aplicação dos questionários nos permitem traçar um senso comum e uma consciência comungada em torno do privilégio do futebol frente a outras modalidades esportivas.

Tal fato atesta contra aquele entendimento intelectual já acusado aqui que, querendo defender o povo através da vitimização do mesmo acaba por torná-lo como incapaz para que possa surgir de forma legítima na cena, a figura dos salvadores dos incapazes. Esse é o caminho, infelizmente, percorrido por muitos dos intelectuais brasileiros de esquerda que se pensam a salvação dos problemas sociais do povo, bastando que o mesmo povo venha a ele, em busca do salvador. As respostas obtidas pelos questionários são uma prova de que a experiência e a vivência social popular ocorrem e tem como base seus próprios postulados e concepções de mundo. Apesar do que se pode apurar no tocante ao esporte e ao lazer no município de Várzea Nova pela perspectiva do Poder Público fica evidente que a população elabora e reinventam significações próprias para si mesma, apropriando ao seu modo os esportes e ressignificando os espaços de lazer.

Como retrato de como a população vê algumas práticas esportivas é necessário que passemos ao exame de algumas afirmações que, pelo seu tom de desabafo mesclado com denúncia e desprezo. Uma das perguntas do questionário perguntava sobre o conhecimento do entrevistado a respeito dos esportes praticados em Várzea Nova e sobre o apoio que tem os esportistas, se esse apoio vem de órgãos públicos ou da iniciativa privada. Entre respostas evasivas e curtas, porém, houve algumas bastante significativas e interessantes, quando não curiosas. Para preservar a identidade do público pesquisado não citaremos expressamente seus nomes; as respostas podem ser conferidas em anexo a este trabalho. A pergunta, como já dissemos, inquiria sobre que esportes eram praticados no município e sobre a origem do apoio que os seus praticantes gozavam. Sobre o esporte praticado a resposta dominante foi o futebol; sobre o apoio que este esporte recebia apenas duas pessoas disseram saber que a prefeitura local sempre apóia o futebol quando seus praticantes assim requerem. Outras pessoas responderam não confessando saber sobre o apoio oficial da prefeitura local aos esportes, mas responderam que se houvesse certamente seria para o futebol. Selecionamos de imediato três respostas dadas por pessoas que possuem Nível Superior e exercem, como profissão o magistério nas escolas públicas locais. Respondendo à pergunta do questionário, uma professora graduada, sobre que esporte era praticado e sobre o apoio recebido disse "Vejo o único "futebol", parece até que é como o rei Pelé, karatê tendo um pequeno apoio da PMVN. E mais acredito que as pessoas que

estão à frente que não conheço, apõem mais que o poder público". Outro professor, inquirido com a mesma pergunta, disse que "O apoio da prefeitura só na premiação". Outro professor, pós-graduado, disse a prática esportiva em Várzea Nova "Praticamente resume-se a futebol".

Estas três respostas, vinda de pessoas que tem acesso a informação e que se constituem, na sociedade local, como uma espécie de intelectuais por pertencerem ao grupo dos que trabalham com o conhecimento, professores, não destoam das informações e dos dados obtidos por todos os demais representantes de setores produtivos por nós pesquisados. Não se faz aqui uma diferenciação dos professores frente a outros grupos, mas queremos apenas evidenciar que o grupo de professores tem, por razões óbvias, maior acesso a informações e ao conhecimento. Isso não serve para qualificar suas respostas, ou desqualificá-las, pois a questão não é esta, mas de ver como grupos diversos na localidade pensam e apropriam a prática de esportes.

Neste aspecto, contrastando as respostas daqueles que tem mais acesso a informação com outros que não, podemos constatar que pessoas pesquisadas e que desenvolvem atividades produtivas outras tem uma visão mais própria e falaram com mais propriedade da questão do que aqueles que poderiam abrir caminhos para o esporte por deterem os meios para isso: o conhecimento. Nas respostas dos esportistas, por exemplo, foi perceptível uma maior preocupação e uma maior queixa com a deficiência, em Políticas Públicas, do esporte e do lazer no município de Várzea Nova. Partindo em outra direção, o questionário também perguntou o que poderia ser feito e o que os próprios entrevistados poderiam fazer ou já tinham feito para melhorar as políticas locais de promoção do esporte e oferecimento do lazer. Em todas as respostas estiveram presentes queixas a respeito da falta de recursos financeiros, assistência técnica e administrativa e infra-estrutura necessária para a boa e saudável prática desportiva pela população e usufruto do lazer. Os entrevistados apontaram alguns caminhos que, segundo eles, a administração pública poderia tomar e que resolveriam em muito os problemas da cidade, pelo menos no que diz respeito ao esporte e lazer. Entre as propostas está a criação de uma Secretaria Municipal de Esportes. Esta sugestão é significativa para entendimento e compreensão da percepção humana a respeito da administração e organização política. Por muito tempo, desde sua fundação até o dia de hoje, o

município de Várzea Nova tem uma secretaria que se chama, oficialmente, de Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura. Bem, nossos estudos e nossa vivência no município nos permitem afirmar que dos três nomes o único que atendia e merecia ser chamado de pasta administrativa era a educação; cultura e desporto compunham o papel e a propaganda quando o representante desta pasta estava presente em algum evento desportivo. A sugestão para que se crie esta pasta parte, então, da percepção desse engodo que tem sido essa secretaria e trabalha com o pressuposto, não de todo confiável, de que a existência do referido órgão pode ser o fim para muitos dos problemas. A percepção do quão faz falta um órgão específico denota uma outra: a falta de organização e vontade em se criar uma secretaria com esse fim.

Entre outras propostas também encontramos a formação de um Conselho Municipal de Esportes, a contratação de técnicos, a ajuda financeira, o assistencialismo, a providência de material necessário para a prática de atividades esportivas e melhoria da infra-estrutura. No tocante ao lazer foi pensado ainda que as autoridades poderiam se mobilizar para melhor cuidarem dos poucos espaços públicos, das praças onde se pode e se há possibilidade de alguma prática desportiva.

As mesmas pessoas que propuseram ações para o Poder Público manifestaram também desejo de elas mesmas agirem, e muitas demonstraram que tem uma participação ativa na cobrança e no diálogo com as autoridades locais procurando conscientizá-las a respeito da imensa importância e conseqüência social para o município quando esporte e lazer forem olhados com seriedade, forem tomados como instrumentos promotores de desenvolvimento social e de cidadania.
Na medida em que falamos da experiência popular com a ressignificação do esporte estamos falando, antes de qualquer coisa, em experiência popular, em cultura; discutir cultura não é nosso objeto aqui, mas é preciso mencionar que as ressignificações feitas pela população, seu improviso pelo esporte tem a ver também e antes com a experiência cultural e autônoma com a própria vida. A apropriação e significados das práticas, suas ressignificações são feitas no cotidiano a partir do lugar em que ocupam em que desenvolvem suas existências e em que gastam suas vidas. Nesse sentido, estamos falando da cultura acontecendo nos bares, nos restaurantes, nas ruas, nas roças, nas escolas, enfim, em todos os lugares onde se

possa aglomerar uma ou mais duas pessoas e ser possibilitada uma reunião para falar de alguma coisa que aconteceu na cidade ou que lhes chamou a atenção ou, é mais provável, apenas para fofocar, resenhar as novidades que estão circulando nas ruas a respeito de pessoas que dificilmente todos não conhecem, dada o tamanho do município.

Essas ressignificações da cultura e gasto de tempo de vida constituem aquilo que namora com a busca da felicidade, aquilo que ocupa o tempo de não-trabalho da população, ou seja, constitui o lazer. De igual forma que o esporte, o lazer foi tema de nossa pesquisa, e da mesma forma, com a mesma metodologia, pudemos colher informações que, pela sua ocorrência e observando-se as origens e lugares sociais ocupados pelos entrevistados, apontam para uma vivência do lazer buscada dentro das possibilidades permitidas pelo município.

Para a grande maioria dos nossos entrevistados, praticar esportes e ter opções de lazer representa a entrada para um mundo diverso do que o presente é capaz de prover pela via política, além de representar a salvação para muitos perigos que rondam as famílias na atualidade, como as drogas, a violência e outros. Perguntados sobre a importância que teria o esporte para a vida e para a educação dos jovens em geral, encontramos uma multiplicidade de repostas, mas todas apontando num sentido comum, que era o da capacidade dos esportes de manterem os jovens no que podemos chamar de caminho certo. Entre as concepções e razões apresentadas para a importância do esporte, estão às seguintes: o esporte é base para vida, salvação para os desatinos dos jovens, salvação das drogas e da criminalidade, é instrumento promotor de cidadania e interação social e até o caminho para melhorar a educação em nosso país.

As Políticas Públicas de Esporte e Lazer precisam ser pensadas de forma mais explícita na sociedade pesquisada. Os anseios por melhorias na infra-estrutura para o lazer e para a prática de esportes estão entre as reivindicações mais cobradas pelos que responderam os questionários. Sugestões foram dadas do que seria preciso fazer, algumas já citadas anteriormente, mas tais sugestões demonstram claramente que a comunidade local tem ânsia de participar da vida pública mas se sente tolhida devido à ausência de mecanismos que a instruam no sentido de considerar apenas a si mesma quando pensada alguma ação. Só dessa forma, de fato, é que as Políticas Públicas podem ser perpetuadas com segurança e

garantidas; não pela vida da democracia representativa, mas pela via da participação popular e da vivencia das políticas no dia a dia.

Marcellino (2003, p. 89) pensa a lógica e os problemas da atuação da sociedade civil enquanto personagem atuante principal das Políticas Públicas que lhe dizem respeito e assevera que,

> Temos hoje no Brasil uma lógica de Políticas Públicas com forte aporte seletivo – onde é contemplado o mais carente entre os carentes –, aprofundada por programas sem continuidade, esporádicos, sem abrangência e geralmente com fins político-eleitoreiros. O Estado, ao isentar-se das Políticas Públicas, transforma em vítima todos os segmentos da sociedade, independentemente da classe social. A formulação de Políticas Públicas pressupõe perceber e identificar os diferentes atores e os diferentes interesses que estão subjacentes na disputa pela inclusão de determinado conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que irão balizar a atuação do poder público na área de esporte e lazer.

Em Várzea Nova precisa-se da presença do Poder Público se tratando de políticas de esporte e lazer; apesar da descrença de muitos populares na veia política local, isso tem que ser provocado porque, de fato, as políticas precisam ser visibilisadas e colocadas sob o padrão de política pública municipal, e isso não se faz sem dialogar com o poder instituído. É pensando nisso que Marcellino (2003, p. 89) continua sua reflexão:

> Nessa perspectiva, pergunta-se: quem serão os atores convidados para discutir Políticas Públicas para esporte e lazer em nossa sociedade? Quais são os movimentos sociais que irão contribuir com o debate e a construção dessas políticas, com base na democratização e na difusão dos bens culturais, e que não visem, simplesmente, à massificação do fenômeno esportivo e ao consumo da indústria cultural? Pensar Políticas Públicas, efetivamente democráticas e participativas, pressupõe questionar as políticas que são geradas nos guetos dos gabinetes das secretarias estaduais e/ou municipais, geralmente alicerçadas no lazer como binômio de descanso e divertimento, na lógica da antiga, porém atualíssima, filosofia de pão e circo. Por isso, a mobilização das entidades representativas, dos movimentos sociais, dos sindicatos, são princípios norteadores de uma formulação que procura expressar os interesses e as necessidades dos segmentos sociais diretamente interessados em alcançar uma efetiva atuação do poder público em consonância com as expectativas da sociedade.

É preciso, então, pensar as Políticas Públicas sob o âmbito de política de abrangência geral, e seus atores se mobilizarem para, trabalhando com o poder público, não submeterem reivindicações aos caprichos políticos mas manterem a independência e o protagonismo político próprio.

Assim fazendo conseguiremos democratizar o acesso aos bens públicos e a trabalhar no sentido de uma construção social com possibilidade de escolhas e de

arbítrio próprio em questões que lhe dizem respeito. É o que expressa Marcellino (2003, p. 30), ao pensar que democratizar experiências supõe preparar para o novo e com a reconstrução social da sociedade. É, sobretudo,

> (...) lidar com uma sociedade que reconstrói novas formas de trabalho, e de prazer, pela participação integral dos sujeitos em momentos de completude humana, em espaços de criação coletiva, onde profissionais sejam atores e espectadores dos processos de lazer, onde participantes atuem como promotores e espectadores de novas práticas estéticas diante do prazer numa "nova suavidade" inventiva de novas relações sociais.

As Políticas Públicas de Esporte e Lazer serão realidade na medida em que todos perceberem que a participação social e a liberdade existente em nossa ainda frágil democracia são as únicas formas dos cidadãos poderem pensarem a si mesmos e a gerirem suas vidas sob a perspectiva da autonomia e do protagonismo político, possível desde que aja a participação. Assim fazendo não se temerá os vícios políticos que tanto embotam no presente os anseios sociais de uma vida mais digna, onde esporte e lazer sejam direitos sociais reais e presentes na experiência cotidiana, possibilitando a oportunidade de constantemente os indivíduos pensarem sobre a constituição de suas próprias vidas e perseguirem o enriquecimento pessoal e social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar as Políticas Públicas na sociedade contemporânea é ater-se para a possibilidade presente e aberta de se pensar e construir formas outras de organização social mais livres dos vícios da presente e mais inovadora e humana sob a perspectiva da afirmação de valores novos e condizentes com uma ética livre e divorciada do interesse mercadológico.

A Educação Física, na medida em que pensa o esporte e o lazer, sem assumir postura monopolista na discussão dessas categorias sociais fundamentais para a compreensão da vida moderna, possibilita o debate e a reflexão a respeito de questões que se mostram urgentes e atuais.

Compreendemos que a Educação Física, embora não deva monopolizar a discussão em torno do esporte e lazer, tem uma forma mais apropriada e específica de tratar de tais questões por questões óbvias, assim como o físico tem mais propriedade para falar da gravidade do que qualquer um de nós que a vivenciamos e podermos senti-la. Não que a Educação Física estude melhor o esporte e interprete melhor o lazer, não é isso. Contudo, não se pode negar que a Educação Física tem mais afinidade e seu método de abordagem se coaduna mais com a pesquisa em torno dos esportes pela maneira de estudo e abordagem do esporte e lazer, que na Educação Física moderna está longe de serem vistos sob apenas um ângulo, como o biológico, mas procurado o entendimento do esporte a partir da interação entre corpo, sociedade e cultura.

A aplicação e o trabalho com Políticas Públicas, porém, deixa claro que é preciso ainda pensar a respeito da pedagogia e da forma de junção entre governo e sociedade. Sob o ponto de vista da participação social, é preciso que essa participação seja objeto de planejamento e de atenção tanto por parte da sociedade civil quanto das esferas públicas, na figura de senadores, deputados e vereadores. As Políticas Públicas se transformam em formas de intervenção na vida pública e se fazem instrumento democrático a todos os indivíduos, bastando-se apenas que todos venham ao encontro da discussão e do debate, pois não existe ou não surte efeito medidas sociais onde a sociedade que as gerou apresenta-se dividida.

A realidade varzeanovense compartilha sua situação com muitas outras localidades, mas tem suas especificidades e com elas é que deve ser o início de

uma nova postura dos populares com relação a si mesmos e com relação às instâncias políticas instituídas.

A vivência que cada sociedade faz de sua própria materialidade e de suas necessidades e faltas deve ser o caminho por onde aquilo que se apresenta como falta e necessidade deve ser pensada. Temos ciência das dificuldades de se construir à participação social e de mobilizar a população para algum projeto, tão desacreditada ela está. Pensando a natureza constitutiva de nossa sociedade, capitalista, coloca a representação política como mecanismo de resolução de problemas quando na verdade a representação mantém a burocracia e é incapaz de criar, de fato, liberdade de acesso das camadas populares à representação política, porque ela continua ainda sendo ditada por critérios econômicos que implicam na posse de conhecimento e uso desse conhecimento para fins políticos, garantindo-se, sob o preço da miséria e da ignorância da população, a perpetuação de agentes sociais e de grupos que não participam dos mesmos interesses que o homem comum. A distribuição desigual de capital faz com que a geografia do poder permaneça, em suas estruturas, inabalável.

Há um fator positivo, porém, que é a existência de caminhos, como as Políticas Públicas, de participação social da vida política, e isso trás implicâncias profundas e de efeito para sujeitos que não tem compromisso com os anseios esboçados pelas camadas populares, pois cada vez mais as ações políticas precisam de legitimidade popular para ser levadas a cabo. Os ventos da redemocratização instauraram uma barreira ética que pouco a pouco cresce e inibe que o pensamento de tudo ser permitido não desenvolva, e em seu lugar cresce a consciência de que é preciso dialogar com a população, pois a legitimidade está nela e só ela pode dar.

Procuramos fazer uma discussão das Políticas Públicas voltadas para o esporte e lazer no município de Várzea Nova tendo como perspectiva a dualidade da questão, que é o poder público de um lado e a sociedade de outro. Estes personagens, a relação entre eles, precisa ser mais bem pensada e aproximada. O Estado precisa ser objeto de exame e reestruturado não para ser uma instância hierárquica indiscutível e posta para ser obedecida, mas algo estruturado para servir e satisfazer as necessidades da sociedade que o legitima e o faz existir. Aqui, a velha discussão se é o Estado o fim da sociedade ou se é o individuo tem a resposta

por este último, desde que indivíduo não signifique uma pessoa isolada, mas o bem comum geral.

Nossa pesquisa procurou abrir-se para questões novas dentro da área de nosso objeto, e nos preocupamos para que as respostas refletissem não o entendimento pessoal de um ou outro, mas que, pelo trato metodológico e análises feitas, pudessem minimamente refletir concepções gerais, embora sem pretensão de estarmos com a verdade ou de sermos os donos dela.

Estudar as Políticas Públicas de Esporte e Lazer precisa ser algo feito com base também na percepção de que tais Políticas Públicas andam juntas com a percepção de mudança que precisam ter o estudo dos esportes e as implicâncias do lazer, não mais estudados e vistos separados da política ou dos interesses da sociedade, acreditando, como por muito tempo e lamentavelmente se fez, que a educação caminhava separada dos interesses políticos, mas sabidamente crentes de que não existe nenhum saber, até mesmo o científico, que não esteja carregado de ideologia e movido por interesses, ainda que não interesses explicitamente classista ou econômico.

Como todo trabalho científico, reconhecemos a importância da pesquisa, da sua seriedade e também do caráter provisório da mesma. Que os nossos resultados possam elucidar futuras pesquisas na área e que venham a fomentar um maior interesse a respeito do esporte e do lazer é que mais nos interessa, pois, entre outras coisas, de nenhuma valia pessoal ou mesmo social estaria imbuído esta pesquisa se não fosse para, de alguma forma, ajudar a sociedade local na compreensão de questões que são de seu interesse e que se constituem como instrumentos não explorados em sua completude e plenitude, mas que se o forem podem resultar em significativas mudanças sociais. As necessidades dessas Políticas Públicas trazem à tona a figura do profissional de Educação Física e a grande contribuição que ele pode dar, ajudando à sociedade a melhor conhecer suas necessidades e a melhor saber o que deseja, amadurecendo, de forma mais ordenada e segura, os conceitos e os embates necessários para a conquista definitiva de políticas reais e protetivas de esporte e lazer.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luis A. Gama et al. (1986). **"A modernização de universidades no Brasil: análise do programa MEC/BID II".** *In. A questão urbana, processo de trabalho, a questão agrária, elites políticas, cultura e política. Ciências Sociais Hoje.* Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Cortez.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. R. Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 1983

BARROSO e DARIDO (2006). **ESCOLA, EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS**. André Luís Ruggiero Barroso e Suraya Cristina Darido. <*In*: Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, v. 1, n. 4, p. 101-114, dez. 2006>, acesso em 17 de fev. de 2010.

BASTOS, Flavia Cunha. **Gestão Democrática e Política Municipal de Esporte: o caso de Santana do Parnaíba**. <*In*: www.teses.usp.br/teses/disponiveis>, acesso em 15 de fev. de 2010.

BETTI, M. **Atitudes e opiniões de escolares de 1º grau em relação à Educação Física**. In: XIV Simpósio de Ciência do Esporte. 1986. São Caetano do Sul. Anais. São Caetano do Sul. Celafiscs. Fec. do ABC, 1986.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REBÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**: Promulgada em 05 de outubro e 1988.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil:** a história que não se conta. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. **O questionário na pesquisa científica**. V. 1, nº 1. 2000. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival>, Acesso 15 de jan. de 2010

DARIDO, S. C., **Educação Física na Escola**, 1ª. Ed. Guanabara Koogan S.A., 2003.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva. 2000

FERREIRA, V.L.C., **A prática de educação física no 1º grau:** Modelo de reprodução ou perspectivas de transformação? São Paulo: Ibrasa.1984

GRAEL, Lars Schmidt. **Conferência de abertura apresentada no dia 6 de setembro de 2006, no XI Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos países de língua portuguesa**, realizado em São Paulo, no período de 6

a 9 de setembro de 2006. Transcrita por Márcia Regina de Sá e publicada na Revista Brasileira de Educação Física Especial, São Paulo, v.20, n.4, p.305-09, out/dez de 2006.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

JACOBI. **Políticas Públicas Para o Esporte e Lazer no Brasil (1996-2005)**. *In*: <http://observatoriodoesporte.org.br/politicas-publicas-para-o-esporte-e-o-lazer-no-brasil>, acesso em 14 de fev. de 2010.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade**. Fundamentos de Metodologia Cientifica**. 3ª Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Atlas, 1991

LIÁO JUNIOR, Roberto. Políticas Públicas de Educação Física, esporte e lazer: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico no distrito federal, 1995-1998. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v.24 ,n.3, Campinas, 2003.

LIBANEO, José C. ***Democratização da escola pública. A pedagogia crítico social dos Conteúdos.*** São Paulo: Loyola, 1986.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Jogos da Política, Jogos do Esporte, subsídios à reflexão sobre Políticas Públicas para o setor esportivo**. In: **Lazer e Esporte: Políticas Públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 31-56.

_____ .**Políticas Públicas Setoriais de Lazer: O papel das prefeituras**. Campinas, SP: Associados, 1996.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Editora Martin Claret, 2007.

MARCONI, E.M. & LAKATOS, M.A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999. 62

MELO, Victor ; ALVES, Edmundo. **Introdução ao Lazer**. Barueri. Manole, 2005

PINTO e KOWASLKI. **Lazer e tempo livre: expressões no corpo e na cultura**. *In*: <http://www.uspleste.usp.br/eventos/lazer-debate/anais-samuel-marizabel.pdf.pdf>, acesso em 28 de dez. de 2010.

SALDANHA FILHO, M. Formulando Políticas Públicas do esporte e lazer no âmbito da cidade. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE**, 2003, Caxambu.

25 anos de história: o percurso do CBCE na educação física brasileira. Campinas : Autores Associados, 2003. v. 13.

STIGGER, Marco Paulo. **Educação Física, Esporte e Diversidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SOUZA, Eustáquia Salvadora e VAGO. Políticas Públicas para o Esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: Tarcísio Mauro (Org.). **Trilhas e Partilhas, Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais**. Belo Horizonte: Cultura, 1997. p.223-233.

TUBINO, M.J.G. **Teoria geral do esporte**. São Paulo: Ibrasa, 1987.

_____ .**Dimensões sociais do esporte.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

APÊNDICES

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH – Campus IV
Curso de Licenciatura Plena em Educação Física
Questionário de Aplicação em Pesquisa de Campo
Nome_____ **Escolaridade**_____
Idade_____ **Profissão**_____

1 – Primeiro de tudo, já ouviu falar de Educação Física? Se sim, poderia dizer o que ela é e do que trata?

_____
_____
_____
_____

2 – Sobre Políticas Públicas, o que você entende quando ouve isso? Que são Políticas Públicas?

_____
_____
_____
_____

3 – No seu entendimento fazer política significa o que? A quem cabe fazer as leis que dizem, por exemplo, que os cidadãos têm direito ao voto, à educação, à moradia?

_____
_____
_____
_____

4 – Como você vê o esporte tratando-se de sua importância para a vida e para a educação dos jovens? É importante o esporte? Por quê?

_____
_____

_____
_____

5 – Você acha que, assim como a educação, o esporte é um direito das pessoas? É assunto pra ser discutido por todo mundo, nas Câmaras de Vereadores, na Prefeitura, nas escolas, nas associações?

_____
_____

6 – Em Várzea Nova, como você vê ou percebe a prática do esporte?

7 – Você sabe de alguma iniciativa do poder público ou das autoridades para ajudar no desenvolvimento das atividades esportivas em nosso município?

8 – Você já ouviu falar ou conhece alguma lei que trate sobre o esporte ou sobre o lazer em Várzea Nova?

9 – Como o esporte é, entre outras coisas, diversão, como você percebe o lazer em seu município? Entende que o lazer é necessário, ou mesmo que é merecedor de ser debatido politicamente? Por quê?

10 – Que espaços você conhece em Várzea Nova que sejam apropriados para a prática de atividades de lazer e de esportes?

11 – Você freqüenta esses espaços ou conhece pessoas que vão constantemente a esses espaços?

12 – Que esportes são praticados em Várzea Nova e por quem? Eles têm apoio de alguém, da prefeitura ou de algum outro órgão?

13 – Se existisse alguma lei assegurando a prática do esporte, você acha que isso, por si só, alteraria a rotina de quem já pratica esportes em Várzea Nova?

14 – Que ações você vê que os órgãos públicos poderiam fazer para auxiliar os desportistas locais e incentivar a prática de esportes da população em geral?

15 – Quanto ao lazer, que falta faz, se faz, espaços para a prática de lazer em sua cidade?

16 – Independentemente do que possa ser feito, o que você faz ou sabe que os varzeanovenses fazem, para se divertir ou se distrair em sua cidade, nos finais de semana ou nas noites?

17 – Você alguma vez já chamou a atenção dos órgãos públicos locais para questões voltadas ao esporte e lazer? Conhece alguém ou algum grupo, ou associação, que tenha feito isso?

18 – Se o poder público local fizer tudo certo quanto à educação, à saúde, à moradia, à agricultura e economia em geral, à geração de trabalho e renda para todos os varzeanovenses e não fizer nada que interfira no lazer ou nos esportes, você acha que os cidadãos deveriam reclamar? Por quê?

19 – O que a comunidade local, você mesmo, poderia fazer para que o município fosse melhor assistido nas questões de lazer e de esporte?

20 – Você acha que o esporte é capaz de mudar vidas, de influenciar destinos? Como?

21 – Você acha que o esporte pode trazer desenvolvimento social para o município? Se acha, de que forma?

22 – O esporte pode ajudar no exercício da cidadania dos jovens? Como?

Muito Obrigado!

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH – Campus IV
Curso de Licenciatura Plena em Educação Física
Questionário de Aplicação em Pesquisa de Campo – Questionário Dirigido
Nome_____ **Escolaridade**_____
Idade_____ **Profissão** _____

1 – Como praticante do esporte, como tem sido sua experiência ao longo dos últimos anos?

_____
_____
_____
_____

2 – Qual é a maior dificuldade, segundo sua opinião, para a prática do esporte ou para os varzeanovenses que gostam do mesmo?

_____
_____
_____
_____

3 – Você pode destacar algumas iniciativas, seja por parte do Poder Público ou da iniciativa privada, que tenham tido um resultado positivo para os esportistas?

_____
_____
_____
_____

4 – Em sua opinião, qual tem sido o comportamento, ao longo dessa década, do Poder Público Municipal, em seus diferentes governos, com relação ao esporte?

_____
_____
_____
_____

5 – Desde 2000 até agora você já recebeu algum apoio do Poder Público Municipal? Em que e qual?

_____
_____
_____
_____

6 – Porque você pratica esporte? Que importância tem o esporte para a vida ou mesmo como ele poderia, segundo sua imaginação, ser um instrumento de intervenção na vida da cidade para melhorá-la?

_____
_____
_____
_____

7 – Que conhecimento você tem de lugares da cidade onde se praticam esporte? E além desses lugares, como você o esporte nas escolas locais?

8 – Você já ouviu falar ou conhece alguma lei que trate sobre o esporte em Várzea Nova?

9 – De que forma você acha que o município, através do Poder Público, poderia facilitar a prática de esportes em Várzea Nova?

10 – A quem cabe, por princípio, lutar pelo esporte? Aos políticos, aos desportistas ou à população em geral? Por quê?

11 – Quais são os tipos de pessoas que você sempre vê presenciando um evento esportivo na cidade?

12 – Se você pudesse, tendo poder e dinheiro, o que faria para beneficiar o esporte em sua cidade? E ainda sobre o esporte, de que mais você sente falta?

Muito Obrigado!

ANEXOS

LEIS MUNICIPAIS

LEI Nº 95 – Institui o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal;
LEI Nº 96 – Dispõe sobre a contratação de pessoal;
LEI Nº 97 – Autoriza o Prefeito a celebrar convênios;
LEI Nº 98 – Cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
LEI Nº 99 – Institui o Conselho Tutelar;
LEI Nº 100 – Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;
LEI Nº 101 – Autoriza o Prefeito assinar contrato com Empresa de Limpeza Pública;
LEI Nº 102 – Autoriza o Prefeito alienar veiculo desativados;
LEI Nº 103 – Autoriza o Prefeito firmar contrato com a EMBASA;
LEI Nº 104 – Autoriza o Prefeito contratar pessoal por tempo determinado;
LEI Nº 105 – Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias;
LEI Nº 106 – Dispõe sobre abertura de crédito para desenvolvimento Ensino Fundamental;
LEI Nº 107 – Criação conselho municipal acompanhamento do desenv. Ens. Fundamental;
LEI Nº 108 – Denomina Aderbal César o Grupo Escolar na sede deste município;
LEI Nº 109 – Institui a Secretaria Municipal de Saúde na estrutura administrativa;
LEI Nº 110 – Cria o Conselho Municipal de Saúde;
LEI Nº 111 – Cria o Fundo Municipal de Saúde;
LEI Nº 112 – Cria a Semana Cultural;
LEI Nº 113 – Dá denominação ao Centro Educacional João de Souza Oliveira;
LEI Nº 114 – Dispõe sobre o plano plurianual para o período 1998/2001;
LEI Nº 115 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município;
LEI Nº 116 – Orçamento Municipal para o exercício financeiro de 1998;
LEI Nº 117 – Dispõe sobre a reforma administrativa da Prefeitura Municipal;
LEI Nº 118 – Desapropriação de depósito destinado para fazer merenda escolar;
LEI Nº 119 – Doação de uma área para funcionamento da Feira Livre Pov. Mulungú;
LEI Nº 120 – Doação de uma área para funcionamento fabrica de artefatos na sede;
LEI Nº 121 – Plano de Carreira dos Servidores do Magistério;
LEI Nº 122 – Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999;
LEI Nº 123 – Altera a Lei nº 95;
LEI Nº 124 – Cria o Conselho Municipal de Educação;
LEI Nº 125 – Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima as pessoas carentes;
LEI Nº 126 – Estima a Receita e Fixa a despesa para o exercício de 1999;
LEI Nº 127 – Denomina Rua Maximino Procópio do Nascimento na sede deste município;
LEI Nº 128 – Estatuto dos Servidores do Magistério Público do Município;
LEI Nº 129 – Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial;
LEI Nº 130 – Homologa os parc. dívidas com COELBA/EMBASA/FGTS/INSS e PASEP;
LEI Nº 131 – Desapropriação área de terra para habitação e campo de pouso na sede;
LEI Nº 132 – Cria o Fundo de Aval do Município;
LEI Nº 133 – Revoga a Lei nº 125;
LEI Nº 134 – Denomina Av. Luis Eduardo Magalhães na sede deste município;
LEI Nº 135 – Denomina Norma Luiza a Unidade Escolar na sede;
LEI Nº 136 – Denomina Isabel Ferreira de Moraes a Unidade escolar pov. Tabua;
LEI Nº 137 – Estabelece as diretrizes orçamentárias para orçamento do ano 2000;
LEI Nº 138 – Denomina Praça Noélisio Montenegro no povoado de Mulungú;
LEI Nº 139 – Denomina Alameda Manoel Silvestre na sede;

LEI Nº 140 – Declara Utilidade Pública Associação de desenvolvimento Com. Mulungú;
LEI Nº 141 – Declara Utilidade Pública Associação Varzeanovense de Assistência;
LEI Nº 142 – Denomina Praça Aloísio Souza Campos no povoado de Tabua;
LEI Nº 143 – Declara Utilidade Pública Associação Prod. Rurais povoado de Tabua;
LEI Nº 144 – Autoriza o Prefeito firmar contrato, convênio com todos Órgãos Fed. Est.;
LEI Nº 145 – Dá denominação as ruas do Bairro Agustinho Umbuzeiro;
LEI Nº 146 – Declara Utilidade Pública Associação prod. Rurais de Jiló;
LEI Nº 147 – Autoriza o Prefeito alienar veículos e peças velhas do patrimônio público;
LEI Nº 148 – Autoriza o Prefeito alienar a Pá carregadeira do Município;
LEI Nº 149 – Estima a Receita e fixa despesa para o ano 2000;
LEI Nº 150 – Declara Utilidade Pública Associação Comunit. Povoado Santo Antonio;
LEI Nº 151 – Declara Utilidade Pública Associação de Produt. Rurais Mata do Mel;
LEI Nº 152 – Declara Utilidade Pública Associação de Prod. Pov. Garcia;
LEI Nº 153 – Declara Utilidade Pública Associação Prod. Faz. Barriguda de cima;
LEI Nº 154 – Declara Utilidade Pública Associação Comunit. Produt. Variante;
LEI Nº 155 – Denomina Joel Alves Ferreira a Biblioteca Municipal;
LEI Nº 156 – Declara Utilidade Pública Associação dos Produt. Da Faz. Pau de Colher;
LEI Nº 157 – Autoriza o Prefeito celebrar convênio com Estado para abastecimento água;
LEI Nº 158 – Altera a Lei nº 121;
LEI Nº 159 – Altera a Lei nº 124;
LEI Nº 160 – Dispõe sobre a contratação de pessoal para implantação do EJA;
LEI Nº 161 – Estabelece diretrizes orçamentárias para o ano de 2001;
LEI Nº 162 – Altera a Lei nº 95;
LEI Nº 163 – Fixa os subsídios dos Vereadores para Legislatura 2001/2004;
LEI Nº 164 – Fixa o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários para legis. 2001/2004;
LEI Nº 165 – Estima Receita e fixa despesa para o ano de 2001;
LEI Nº 166 – Institui a Planta Genérica de Valores do Município;
LEI Nº 167 – Institui o Código Tributário e de Rendas do Município;
LEI Nº 168 – Cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
LEI Nº 169 – Autoriza o Prefeito a celebrar convênios, contratos e termos;
LEI Nº 170 – Autoriza o Prefeito abrir Crédito Especial ao Orçamento;
LEI Nº 171 – Dispõe sobre a contratação Pessoal;
LEI Nº 172 – Criação do Departamento da Vigilância Sanitária;
LEI Nº 173 – Altera a Lei nº 95;
LEI Nº 174 – Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima;
LEI Nº 175 – Autoriza o Prefeito a celebrar convênio com o MOC;
LEI Nº 176 – Declara Utilidade Pública Associação de Desenv. Comunit. Pov. Tabua;
LEI Nº 177 – Declara Utilidade Pública A Cooperativa Mista de Produt. Agrop. V. Nova;
LEI Nº 178 – Dispõe sobre as Diretrizes para o orçamento de 2002;
LEI Nº 179 – Autoriza o Prefeito adquirir terreno para construção da Cantina Central;
LEI Nº 180 – Denomina o nome de algumas ruas do Bairro Cidade do Sisal na sede;
LEI Nº 181 – Autoriza o Prefeito conceder terra pública para ampliação de telefonia;
LEI Nº 182 – Dispõe sobre a contratação pessoal para o EJA – Recomeço;
LEI Nº 183 – Denomina rua João Domingos de Jesus;
LEI Nº 184 – Autoriza o Prefeito instituir diárias aos Servidores Municipais;
LEI Nº 185 – Altera a Lei nº 171;
LEI Nº 186 – dispõe sobre o plano plurianual de 2002/2005;

LEI Nº 187 – Autoriza o Prefeito Alienar veiculo do patrimônio Municipal;
LEI Nº 188 – Cria o Conselho Municipal do desenv. Rural sustentável do Município;
LEI Nº 189 – Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Município (Caixa Previdência);
LEI Nº 190 – Estima a Receita e fixa despesa para o ano de 2002;
LEI Nº 191 – Autoriza o Prefeito desapropriar terreno para o PETI povoado de Mulungú;
LEI Nº 192 – Autoriza o Prefeito desapropriar terreno para o PETI povoado de Salinas;
LEI Nº 193 – Autoriza o Pref. Participar/nomear representante Comitê Bacia Hidrográfica;
LEI Nº 194 – Declara Utilidade Pública Associação Com. Povoado de Maxixe;
LEI Nº 195 – Altera a Lei nº 95;
LEI Nº 196 – Estima Receita e fixa despesa para o ano 2002;
LEI Nº 197 – Autoriza o Prefeito alienar veículos sucateados do município;
LEI Nº 198 – Institui Código de Obras do Município;
LEI Nº 199 – Institui Código de Postura do Município;
LEI Nº 200 – Revoga a Lei nº 139;
LEI Nº 201 – Denomina Rua João Alves de Gonzaga na sede;
LEI Nº 202 – Denomina Julio Silva Lima, Unidade Escolar povoado de Tabua;
LEI Nº 203 – Altera a Lei nº 110;
LEI Nº 204 – Cria o Projeto RENASCER, Agenda 21;
LEI Nº 205 – Autoriza o Prefeito Modificar Orçamento para construção do Hospital;
LEI Nº 206 – Elaboração e execução da Lei Orçamentária ano 2003;
LEI Nº 207 – Autoriza o Prefeito ausentar-se do País no período de 02 a 18/08 de 2002;
LEI Nº 208 – Estabel. valor limite para pagamento obrigações sem emissão de precatórios;
LEI Nº 209 – Denomina Rua Dilma Rocha Martins Oliveira na sede;
LEI Nº 210 – Autoriza o Prefeito Abrir crédito suplementar ao orçamento vigente;
LEI Nº 211 – Estima a Receita e fixa a despesa para o ano de 2003;
LEI Nº 212 – Altera a Lei nº 189;
LEI Nº 213 – Dispõe sobre a instituição do Programa de Combate e prevenção a Dengue;
LEI Nº 214 – Institui no município contribuição para custeio da iluminação pública;
LEI Nº 215 – Autoriza desapr. de terr. destinado execução de obras publicas e drenagem;
LEI Nº 216 – Plano de Carreira e Remuneração dos Serv. do Magistério;
LEI Nº 217 – Dispõe sobre contratação de pessoal por tempo determinado;
LEI Nº 218 – Autoriza o Prefeito participar do Comitê da Bacia-Hidrográfica;
LEI Nº 219 – Declara Utilidade Pública Associação dos Prod. Rurais de Itân;
LEI Nº 220 – Autoriza o Prefeito desapropriar imóvel destinado a garagem pov. Mulungú;
LEI Nº 221 – Dispõe sobre diretrizes orçamentárias para elaboração da lei orçam. 2004;
LEI Nº 222 – Estima receita e fixa despesa para o exercício 2004;
LEI Nº 223 – Autoriza o Prefeito doar terrenos para moradia a pessoas de baixa renda;
LEI Nº 224 – Define data de pagamento dos servidores Municipais;
LEI Nº 225 – Autoriza Prefeito assinar contratos com comerciantes nos Box da feira-livre;
LEI Nº 226 – Altera a Lei nº 95;
LEI Nº 227 – Estabelece número de vagas para realização do Concurso Público;
LEI Nº 228 – Dispõe sobre o ISSQN de competência do Município;
LEI Nº 229 - Declara Utilidade Pública Assoc.dos Criadores de Caprinos e ovinos V. Nova;
LEI Nº 230 – Altera a Lei nº 93, de 13/12/1996;
LEI Nº 231 – Autoriza o Prefeito alienar veiculo do patrimônio publico municipal;
LEI Nº 232 – Autoriza o Prefeito doar área de terra para Assoc. criad. de caprinos/ovinos.
LEI Nº 233 – Denomina Rua João Norberto Carneiro na sede deste município;

LEI Nº 234 – Autoriza o Prefeito contrair parcelamento de divida com V.N.Previdência;
LEI Nº 235 – Dispõe sobre diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o ano 2005;
LEI Nº 236 – Fixa os subsídios dos Vereadores para Legislatura 2005/2008;
LEI Nº 237 – Fixa o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários para legis. 2005/2008;
LEI Nº 238 – Estima a Receita e fixa despesa para o ano de 2005;
LEI Nº 239 – Declara Utilidade Pública Associação Comunitária de Salinas;
LEI Nº 240 – Altera a Lei nº 227;
LEI Nº 241 – Dispõe sobre a fiscalização no município pelo Controle Interno;
LEI Nº 242 – Altera a Lei nº 95; LEIS A APRTIR 2005
LEI Nº 243 – Estabelece Número de vagas para cargos em Concurso Público;
LEI Nº 244 – Autoriza o Prefeito celebrar convênios;
LEI Nº 245 – Declara Utilidade Pública Associação Produt. Fazenda Baixinha;
LEI Nº 246 – Autoriza o Prefeito celebrar convênio com a SOMESB;
LEI Nº 247 – Autoriza o Prefeito desapropriar terra para execução obras e drenagem;
LEI Nº 248 – Declara Utilidade Pública Associação Comum. Boa Esperança;
LEI Nº 249 – Declara Utilidade Pública Associação Comum. Nova Conceição;
LEI Nº 250 – Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária ano 2006;
LEI Nº 251 – Altera a Lei nº 247;
LEI Nº 252 – Altera a Lei nº 167,
LEI Nº 253 – Declara Utilidade Pública Assoc. Comunit. Prod. Rurais Mulungú/Baixinha;
LEI Nº 254 – Cria o Feriado Municipal;
LEI Nº 255 – Altera a Lei Nº 96;
LEI Nº 256 – Declara Utilidade Pública Associação de Tun-Tuns;
LEI Nº 257 – Autoriza o Prefeito contratar professor substituto;
LEI Nº 258 – Denomina Rua Alvino Batista dos Santos, na sede;
LEI Nº 259 – Declara Utilidade Pública Associação Peq. Produtores Salina;
LEI Nº 260 – Plano Plurianual para 2006 à 2009;
LEI Nº 261 – Declara Utilidade Publica Associação Comunit. E Assistencial Pov. Tabua;
LEI Nº 262 – Regulamentação Moto-Taxí no município;
LEI Nº 263 – Declara Utilidade Publica Assoc. Peq. Prod. Agro-Pastoril Salina e Piedade;
LEI Nº 264 – Denomina rua Boa Ventura Alexandre dos Santos, na sede;
LEI Nº 265 – Denomina Rua Maria Medeiros da Silva, na sede;
LEI Nº 266 – Cria o Fundo Municipal de Habitação;
LEI Nº 267 – Altera a Lei nº 95;
LEI Nº 268 – Institui Programa Educação Comunitária no município;
LEI Nº 269 – Denomina Américo Maia Ross, Unidade Escolar no povoado Mulungú;
LEI Nº 270 – Declara Utilidade Pública Assoc. Comunit. Prod. Pov. Saco;
LEI Nº 271 – Denomina rua Adelício Laranjeira na sede;
LEI Nº 272 – Cria Conselho Municipal de Juventude no município;
LEI Nº 273 – Distingue o nome do Centro de Auditório do CEJSO;
LEI Nº 274 – Denomina Oldack Lopes Rios o hospital público Municipal;
LEI Nº 275 – Dispõe sobre obrigatoriedade de Noções básicas dos Poderes nas escolas;
LEI Nº 276 – Dispõe sobre atendimento de cliente no Banco do nosso município;
LEI Nº 277 – Declara Utilidade Pública Assoc. peq. Produt. Faz. Riacho;
LEI Nº 278 – Estima receita fixa despesa ano 2006;
LEI Nº 279 – Dispõe sobre política municipal dos direitos da criança e adolescente;
LEI Nº 280 – Autoriza Prefeito a celebrar convênio c/ Caixa p/ construção casas populares.

LEI Nº 281 – Denomina rua José Pedro de Oliveira, na sede do município;
LEI Nº 282 – Dispõe sobre a criação da Imprensa Oficial do Município;
LEI Nº 283 – Autoriza o Executivo Municipal efetuar pagamento de abono professores;
LEI Nº 284 – Denomina Loteamento Cidade Nova na sede do Município;
LEI Nº 285 – Institui a Semana da Água em nosso Município;
LEI Nº 286 – Denomina Manoel Alves de Araújo o estádio Municipal;
LEI Nº 287 – Dispõe sobre distribuição de materiais gratuitos pessoas carentes;
LEI Nº 288 – Institui a Semana Cidadania no Campo;
LEI Nº 289 – Dispõe sobre a contratação de servidores por tempo determinado;
LEI Nº 290 – Proíbe a comercialização de bebidas em garrafas em festas de rua;
LEI Nº 291 – Dispõe sobre diretrizes orçamentárias para o ano de 2007;
LEI Nº 292 – Altera as Leis nº 128 e 216;
LEI Nº 293 – Dispõe sobre a garantia de assistência a alunos com problemas;
LEI Nº 294 – Estabelece a obrigatoriedade de rampas para deficientes físicos;
LEI Nº 295 – Altera o nome da escola Mun. Terezinha Avelino Silva, comun TUM-TUNS;
LEI Nº 296 – Altera o nome da escola Luiz Bispo de Oliveira, povoado Gaspar;
LEI Nº 297 – Declara Utilidade Pública Assoc. dos Criadores e Produt. do Alto Mandacaru;
LEI Nº 298 – Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
LEI Nº 299 – Concede reajuste aos professores do ensino fundamental;
LEI Nº 300 – Criação Conselho Municipal do Meio Ambiente;
LEI Nº 301 – Dispõe sobre as audiências públicas;
LEI Nº 302 – Denomina José Robério Dias Alcântara a cabine de rádio do Estádio;
LEI Nº 303 – Declara Utilidade Pública Associação Pequenos Produtores Faz. Peões;
LEI Nº 304 – Estima a receita e fixa despesa para o exercício 2007;
LEI Nº 305 – Altera o plano plurianual quadriênio 2006/2009 e o anexo da LDO, 2007;
LEI Nº 306 – Altera a Lei nº 234/2004;
LEI Nº 307 – Cria o Controle Interno da Câmara Municipal V. Nova;
LEI Nº 308 – dispõe sobre a criação da Imprensa Oficial do Poder Legislativo;
LEI Nº 309 – Autoriza o Executivo pagamento do abono aos professores do FUNDEF;
LEI Nº 310 – Criação Cons. Mun. De acompan. E controle social do FUNDEB;
LEI Nº 311 – Institui os jogos estudantis no município de V. Nova;
LEI Nº 312 – Institui conselho municipal de desenvolvimento rural;
LEI Nº 313 – Denomina rua Rozendo Nery no povoado de Mulungú;
LEI Nº 314 – Altera a Lei nº 173/2001
LEI Nº 315 – Cria o Programa de Descoberta e investimento de talentos de V. Nova;
LEI Nº 316 – Institui no âmbito do Município o dia do Vaqueiro;
LEI Nº 317 – Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias 2008.
LEI Nº 318 – Denomina Praça Lourival Geronimo dos Santos, pov. Mulungú;
LEI Nº 319 – Dispõe sobre criação Imprensa Oficial do Poder Legislativo;
LEI Nº 320 – Altera as Leis 128 e 216;
LEI Nº 321 – Institui a Semana Jovem no município de Várzea Nova;
LEI Nº 322 – Denomina Joaquim Inês Carneiro rodovia interliga Stº Antonio – Trincheira;
LEI Nº 323 – Denomina Otaviano Soares da Rocha o Centro de Apoio povoado Tabua;
LEI Nº 324 – Declara Utilidade pública Associação Beneficente Vila Nova;
LEI Nº 325 – Autoriza o Executivo abertura de créditos, transposição e remanejamento;
LEI Nº 326 – Altera a Lei nº 189 de 23/11/2001;
LEI Nº 327 – Cria o Conselho Municipal de Idoso;

LEI Nº 328 – Declara utilidade pública associação dos Guardas Municipais;
LEI Nº 329 – Revoga o art. 125 da Lei 189/2001;
LEI Nº 330 – Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Saúde Vocal;
LEI Nº 331 – Cria o Programa de Agricultura Urbana e periurbana;
LEI Nº 332 – Denomina Rua Luis Marçal Brasil na sede deste município;
LEI Nº 333 – Dispõe sobre a implantação da coleta seletiva de lixo;
LEI Nº 334 – Dispõe sobre eleições p/ diretores e vice-diretores das Escolas Públicas;
LEI Nº 335 – Denomina Loteamento Alzira Figueredo e suas ruas na sede do município;
LEI Nº 336 – Denomina travessa Deusdete Gonçalves dos Santos na sede do município;
LEI Nº 337 – Estima a Receita e fixa despesa do município para exercício financeiro 2008;
LEI Nº 338 – Declara Utilidade pública Associação Com. Povoado de Tabua;
LEI Nº 339 – Denomina Manoel Avelino da Silva o Centro de Ref. Assist. Social (CRAS);
LEI Nº 340 – Cria a carreira de Agente Comunitário de Saúde e Agente combate Endemias;
LEI Nº 341 – Reajusta o vencimento dos servidores públicos municipais;
LEI Nº 342 – Disciplina o parcelamento de débitos com a Várzea Nova Previdência;
LEI Nº 343 – Altera a Lei nº 95;
LEI Nº 344 – Dispõe sobre as diretrizes orçamentária para o exercício 2009;
LEI Nº 345 – Denomina Posto de Saúde Povoado de Salinas;
LEI Nº 346 – Autoriza o Poder Executivo instituir a Fundação Estatal Saúde Família;
LEI Nº 347 – Dispõe sobre a fixação dso subsídios Prefeito, Vice e Secretários 2009/2012;
LEI Nº 348 – Dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores 2009/2012;
LEI Nº 349 – Dispõe sobre a criação do Banco Municipal de Empregos;
LEI Nº 350 – Institui a Semana Municipal do Meio Ambiente;
LEI Nº 351 – Estima a Receita e fixa despesa do município para exercício financeiro 2009;
LEI Nº 352 – Cria o feriado Municipal dia da Padroeira Santa Cruz 14 de Setembro;

A PARTIR DE 2009

LEI Nº 353 – Denomina Prado Marinaldo Neves de Jesus o prado da Boa Esperança;
LEI Nº 354 – Dispõe sobre alteração no QDD – 2009;
LEI Nº 355 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios;
LEI Nº 356 – Altera as Leis nº 216 e 292;
LEI Nº 357 – Proibe a cobrança de taxa religação de água;
LEI Nº 358 – Cria a Semana Reflorestamento e proteção a Árvore;
LEI Nº 359 – Declara de Utilidade pública a Associação Produtores Leite de Vaca e Cabra;
LEI Nº 360 – Denomina Olégario Leopoldino de Alcântara, rua na sede do município;
LEI Nº 361 – Dá denominação a Loteamento Santo Epamenondas e suas ruas;
LEI Nº 362 – Declara de Utilidade Pública a Liga Desportiva Varzeanovense;
LEI Nº 363 – Altera a Lei nº 279;
LEI Nº 364 – Autoriza o Poder Executivo a pagar abono aos professores;
LEI Nº 365 – Estabelece a denominação das ruas do loteamento Cidade Nova;
LEI Nº 366 – Declara de Utilidade Pública o Grupo Teatral Farracho;
LEI Nº 367 – Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2010;
LEI Nº 368 – Autoriza e disciplina parcelamento de débito com a V. Nova Previdência;
LEI Nº 369 – Denomina Rua Silvio Ferreira de Morais, na sede deste municipio;
LEI Nº 370 – Institui o Código Municipal do e o Sistema do Meio Ambiente;
LEI Nº 371 – Institui sobre o estatututo do ECA na grade da rede municipal;

LEI Nº 372 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalações de bebedouros em bancos públicos;
LEI Nº 373 – Denomina Praça José Araújo Silva, na sede d4este município;
LEI Nº 374 – Autoriza o Poder Público incluir novos elementos de despesa no orçamento;
LEI Nº 375 – Denomina Largo do Campo loteamento na sede deste município;
LEI Nº 376 – Dispõe sobre o plano plurianual para o periodo de 2010/2013;
LEI Nº 377 – Determina a instituição de auxílio fora do domicílio;
LEI Nº 378 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com Tribunal de Justiça da Bahia;
LEI Nº 379 – Fica o Poder Executivo Municipal a abrir créditos adicionais.